

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

*Demonstrações Financeiras referentes aos
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e
de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2009 e de 2008

Índice

Relatório da administração	1
Parecer dos auditores independentes	6
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
CNPJ nº 06.164.253/0001-87
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GLAI) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com a Lei 11.638.

Mensagem da Administração

2009 foi um ano de grandes conquistas para a Companhia, em que grandes mudanças foram feitas a fim de assegurarmos o seu sucesso em ser a melhor companhia aérea para se viajar, trabalhar e investir, aproximando pessoas com segurança e inteligência. Nessa trajetória que completou 9 anos em janeiro de 2010, a Companhia superou a marca de mais de 130 milhões de passageiros transportados e fortaleceu seu objetivo de continuar a ter satisfação do cliente ao oferecer serviços com maior pontualidade, regularidade e produtividade.

O foco do cliente aliado às vantagens competitivas da Companhia, como a maior frequência entre os principais aeroportos brasileiros, baixos custos, e frota renovada e padronizada de aeronaves Boeing 737, foram os principais indutores da seqüência de lucros operacionais positivos e crescentes por seis trimestres consecutivos. Trata-se de um ciclo virtuoso de expansão de suas operações ao mesmo tempo em que aumenta sua rentabilidade.

A inovação e o cumprimento das metas estabelecidas na Companhia também merecem destaque especial como o lançamento da Venda a Bordo no Brasil que contou com alto índice de aprovação dos clientes. Trata-se de um serviço de bordo, complementando o serviço padrão oferecido nos voos da Companhia, oferecendo ao passageiro a opção de comprar sanduíches, variedade de bebidas quentes e frias, chocolates, entre outros, melhorando a qualidade e flexibilidade do serviço de bordo, e sem influenciar no preço das passagens, criando uma nova fonte de receitas para a Companhia. A plataforma de comércio eletrônico (www.voegol.com.br) também apresentou inovações, com a oferta de novos produtos e parcerias como: aluguel de veículos e venda de seguros.

O processo de revitalização do SMILES iniciado nesse ano, fez com que o maior programa de milhagem da América Latina, com mais de 6,6 milhões de clientes, se tornasse uma importante ferramenta de relacionamento com clientes, ampliando o leque de benefícios e serviços, além de atrair mais parceiros e acordos comerciais que ampliam ainda mais essas vantagens aos clientes. Na Estratégia de ampliar a participação da GOL na nova classe média, o Voe Fácil também gradualmente se tornará uma importante ferramenta de estímulo a demanda, combinando a facilidade de pagamento em até 36 vezes com a orientação aos clientes que ainda não experimentaram as vantagens da aviação em relação ao transporte terrestre interestadual.

Esses projetos são realizados graças a uma equipe dedicada, tornando cada vez mais a GOL na empresa preferida no mercado e líder na aprovação do consumidor.

Constantino de Oliveira Júnior
Presidente

CENÁRIO ECONÔMICO-SETORIAL

O ano de 2009 pode ser dividido em dois períodos distintos. Os primeiros meses do ano foram marcados pela instabilidade econômica ainda refletindo a crise mundial que abateu os mercados financeiros no exterior e com reflexos no Brasil, principalmente no acesso a crédito por parte das empresas e indicadores de confiança de empresários e consumidores. Esse quadro foi rapidamente revertido a partir do início do segundo semestre com a retomada da atividade econômica no Brasil e América do Sul. Esse ambiente positivo a respeito do crescimento da economia brasileira, passou a ser principalmente após a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, por conta do Brasil já ter sido apontado como país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Copa das Confederações em 2013.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Ampliação da Frota

Frota: A Companhia completou seu plano de renovação de frota e a partir de 2010 passou a contar exclusivamente com aeronaves de nova geração Boeing 737-700NG e 737-800NG. Com a frota renovada a Companhia não apenas oferece mais qualidade ao cliente, como melhor desempenho financeiro por reduzir custos de manutenção e consumo de combustíveis. Em 2010 a Companhia devolverá 100% de suas aeronaves 737-300, retiradas da frota e continua a estudar alternativas para reduzir os custos operacionais incorridos com as 5 aeronaves 767-300 remanescentes do período em que a Companhia realizou voos de longa distância. No final de 2009, a Companhia tinha 90 pedidos firmes para compra de aeronaves da família Boeing 737 NG para serem entregues entre 2010 e 2016 e mais 40 opções de um pedido total de 177 aeronaves com a Boeing. Este é um dos maiores contratos do mundo para Boeings 737 NG e garante a expansão e posição da Companhia entre uma das maiores empresas aéreas de baixo custo do mundo.

Centro de Manutenção: Desde setembro de 2006, a Companhia mantém um centro de manutenção de aeronaves no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins - MG, considerado um dos melhores e mais bem estruturados do país. O Centro oferece tecnologia de última geração para a manutenção de aeronaves. Com a expansão da frota, o Centro garante qualidade, autonomia, procedimentos mais eficientes e preventivos, além de maior flexibilidade na aplicação dos serviços de manutenção. Antecipando-se às necessidades futuras delineadas em seu plano de expansão da frota, a Companhia deu início à construção do segundo módulo do Centro de Manutenção que será inaugurado em março de 2010. Até o final de 2010 é esperada a conclusão da terceira e última fase de seu projeto de expansão, que garantirá alta qualidade de manutenção e menores custos para manutenção de uma frota de até 140 aeronaves.

Certificação IOSA: a GOL recebeu da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo) a certificação IOSA (IATA Operational Safety Audit), reconhecida como o padrão mundial para avaliação do gerenciamento da segurança operacional e de controle das empresas aéreas. Com isso, a Companhia simplifica processos de auditoria de segurança, anteriormente subdivididos em etapas separadas, eliminando redundâncias e reduzindo custos de manutenção. O certificado também amplia o potencial para uma série de oportunidades comerciais, como a negociação de acordos de compartilhamento de voos anunciadas durante o ano com a American Airlines, AirFrance/KLM, Iberia e AeroMexico, que reconhecem a certificação como um atestado de segurança operacional.

Malha Aérea: O ano foi marcado pelo início das operações da Companhia na região do Caribe com duas novas rotas ligando o Brasil a Aruba e Curaçao. Além desse importante passo para o desenvolvimento da empresa, o destaque no mercado doméstico foi o sucesso das elevadas frequências entre os principais aeroportos domésticos do país.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Companhia atua de forma orientada ao crescimento sustentado, perenidade dos negócios e obtido com investimentos estratégicos que proporcionaram expressivos ganhos em rentabilidade operacional, eficiência ambiental e em qualidade aos seus passageiros.

A frota da Companhia é composta por modernas aeronaves que geram menos poluição sonora e já cumprem metas de redução de emissão de CO₂ a serem exigidas por lei apenas em 2014. A Companhia trabalha com um método de pintura eletrostática que reduz em 300kg do peso da aeronave, economizando tinta na pintura e liberando menos emissões de CO₂ ao ambiente. Além desse projeto, desde 2006 a Companhia desenvolve o descarte seletivo de resíduos, que permitiu, em 2009, a reciclagem de 32% do total gerado, entre papel, papelão, plástico, peças de aeronaves, óleo querosene e tintas.

Adicionalmente, a Companhia desenvolve continuamente pesquisas que resultarão em tecnologia mais limpa e que garantirão a disponibilidade de combustíveis no longo prazo. Por esse esforço constante, a Companhia foi a única Companhia aérea brasileira selecionada a compor o SAFUG (Sustainable Aviation Fuel Users Group), grupo internacional de pesquisa de biocombustíveis para a aviação, que vão ao encontro aos nossos objetivos.

No Projeto Passando a Limpo, implantado há cinco anos, a Companhia aplica método inteligente de lavagem a seco das aeronaves, o que economiza em 90% o uso de água. Essa quantidade do recurso poupado por aeronave é o suficiente para abastecer, diariamente, uma família composta por dois adultos e duas crianças.

Com instalação de um sistema de filtros no hangar, há também melhora na exaustão ao retirar a névoa do local. Com isso, evita-se impacto à saúde do colaborador e obtém-se redução de 60% das emissões atmosféricas com a retenção de material particulado e compostos orgânicos voláteis.

Já a Política de Ação Social desenvolve projetos para estimular a prática do voluntariado entre os colaboradores e engajá-los em questões sociais e ambientais. Consciente da importância de suas ações para o desenvolvimento da sociedade em que está inserida e com o objetivo de compartilhar os bons resultados de seu desempenho de sucesso com todos os seus públicos de interesse, a Companhia desenvolve e apóia diversos projetos de inclusão e desenvolvimento social na área de educação, voltada para ciências exatas e saúde infantil, em todo o Brasil. Dentre os projetos, destacam-se: Copa Social, Campanha Amigos do Mundo, Projeto Colaborador Cidadão, Ashoka, Projeto Felicidade, Educador Nota 10, Sustentável 2009, entre outros.

ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Serviços de transporte aéreo são considerados serviços de utilidade pública e estão sujeitos à extensiva regulamentação e monitoramento do (Comando da Aeronáutica) do Ministério da Defesa, do CONAC e a ANAC. Serviços de transporte aéreo também são regulamentados pela Constituição Federal e pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. O sistema brasileiro de transporte aéreo civil é controlado por várias autoridades. A ANAC é responsável pela regulamentação das companhias aéreas, o DECEA é responsável pelo controle do espaço aéreo e a INFRAERO é responsável pela administração dos aeroportos.

Demonstrações financeiras

Buscando atender às seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a estrutura de controles internos dos processos relevantes que trazem riscos para as demonstrações financeiras é avaliada, documentada e testada conforme os requisitos do *Public Companies Audit Oversight Board* (PCAOB), utilizando metodologias e critérios mundialmente reconhecidos.

PRÊMIOS

No ano de 2009, o desempenho e as ações da GOL e de seus profissionais foram reconhecidos com premiações durante o ano, com destaque para: “Empresas que mais Respeitam o Consumidor 2009”, concedido pela revista Consumidor Moderno, na categoria Companhias Aéreas; “Prêmio Época Negócios 2009”, como a melhor entre as 100 empresas de maior prestígio do Brasil na categoria turismo e transportes; e o “Prêmio ABRAREC 2009” pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC), sendo considerada uma das empresas que melhor aderiram ao decreto lei nº 6523, que regulamenta os serviços de atendimento ao consumidor.

COLABORADORES

O sucesso da Companhia é construído dia-a-dia pelos seus 17.963 colaboradores, que trabalham com dinamismo e eficiência para levar os melhores serviços aos clientes que viajam com a Companhia. Sendo assim, a Companhia investe no aprimoramento contínuo de seu quadro de profissionais, de maneira a manter a melhor equipe do setor.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas operacionais líquidas caíram 6,5% e alcançaram R\$ 5.992,7 milhões em 2009, com 26,1 bilhões de Passageiros-Quilômetros Transportados (RPK). A taxa média de ocupação consolidada foi de 65,3%. Essa redução na receita operacional se deveu ao reposicionamento estratégico da Companhia ocorrido a partir de meados de 2008 visando focar suas atividades no Brasil, América do Sul e na Região do Caribe, em detrimento de atuar em voos intercontinentais.

Os custos operacionais apresentaram queda de 15,2%, totalizando R\$4.697,6 milhões em 2009, devido principalmente a integração das operações GOL e VRG ocorrida durante o quarto trimestre de 2008, proporcionando a obtenção de sinergias operacionais e reposicionamento estratégico, que levou a Companhia a descontinuar suas operações intercontinentais.

O lucro operacional totalizou R\$380,6 milhões em 2009 ante a um prejuízo operacional de R\$85,3 milhões, refletindo o melhor desempenho operacional da Companhia em virtude principalmente da redução acentuada dos custos operacionais após a integração operacional ocorrida nos últimos meses de 2008.

O resultado financeiro líquido representou um ganho de R\$342,8 milhões em 2009 em comparação a uma despesa de R\$1.106,4 milhões em 2008, devido principalmente ao efeito da valorização do Real frente ao Dólar sobre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira da Companhia.

Como resultado dos fatores acima discutidos, a Companhia registrou um **lucro líquido de R\$858,5 milhões em 2009**, revertendo um prejuízo de R\$1.237,1 milhões registrado em 2008.

Endividamento e disponibilidades: A GOL obteve sucesso em seu objetivo de atingir sua posição em caixa de R\$1,4 bilhão. Com isso fortaleceu o balanço patrimonial que encerrou 2009 em R\$1.441,7 milhões em disponibilidades, representando 23,9% da receita líquida do ano. Trata-se de um aumento de 117,5% comparado ao 3T09, e de 143,7% versus o 4T08, devido a uma série de iniciativas que complementaram geração de caixa operacional auferida em 2009, como: a oferta primária e privada de ações que adicionou recursos de R\$600 milhões no caixa da Companhia, emissão de debêntures e a parceria do SMILES com Bradesco e Banco do Brasil. Em 31 de dezembro de 2009, o total de empréstimos e financiamentos da Companhia somavam R\$3.133,9 milhões, sendo 81% desse montante em moeda estrangeira e o restante em Reais, frente a um total de disponibilidades de R\$1.448,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$1.685,0 milhões, que representa 28,1% da receita líquida gerada no mesmo ano.

Investimentos: A Companhia investiu cerca de R\$440 milhões, sendo 70% desse montante destinado ao pré-pagamento de aeronaves, como parte do plano de expansão de frota. O saldo desse valor está distribuído entre investimentos no centro de manutenção em Confins, aeroportos e abertura de lojas na América do Sul.

Governança Corporativa: A Companhia pauta suas ações pelas melhores práticas de governança corporativa adotadas no Brasil e no mundo. Desde o lançamento de suas ações, em 2004, está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Também tem suas ações negociadas na Bolsa de Nova York (NYSE), adere a Lei Sarbanes Oxley e se destaca por iniciativas importantes aos acionistas como: 100% de *tag along* para aos acionistas preferencialistas, 4 membros independentes, comitês do conselho de administração com participação ativa de seus membros independentes, com destaque para o Comitê de Estratégia que finalizou o processo de revisão do plano estratégico para os próximos 5 anos. A remuneração dos administradores da Companhia são alinhados aos interesses dos acionistas e preço das ações da Companhia listadas em bolsa de valores.

MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Companhia é composto por 265,3 milhões de ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais estão listadas desde 2004 na Bolsa de Valores de São Paulo (GOLL4) e na Bolsa de Valores de Nova York (GOL). As ações em circulação (*free-float*) correspondem a 35% do total de ações, 71% das preferenciais. A GOL é uma das companhias com maior liquidez do Brasil, sendo parte do Ibovespa, Itag, MSCI e IBRX 50, com volume médio diário de R\$25 milhões em 2009 e de R\$39 milhões no segundo semestre, somente na BM&F Bovespa. As ações da GOL encerraram o ano de 2009 cotadas a R\$26,08 por ação, registrando um aumento de 163,2% em comparação ao preço de R\$9,91 por ação ao final de 2008.

Conselho de Administração da GOL deliberou hoje a distribuição de dividendos relativos ao ano de 2009, e ato contínuo, um aumento de capital da Companhia, no montante equivalente aos dividendos declarados de R\$185,8 milhões (R\$0,70 por ação). Utilizando esse mecanismo, a Administração da Companhia acredita garantir o direito dos acionistas de receberem os dividendos sobre o lucro líquido do exercício, cumprindo simultaneamente o compromisso de fortalecimento do balanço patrimonial da GOL. Por se tratar de uma oferta privada de ações, a recomposição do caixa poderá ser feita sem a diluição dos acionistas existentes que utilizarem os recursos pagos em dividendos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em linha com o Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM no 381/03, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria. Durante o exercício de 2009 a Companhia não contratou serviços não relacionados à auditoria de demonstrações financeiras junto aos seus auditores externos.

Em Junho de 2009 a Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Delloite”) em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes (“E&Y”) na qualidade de Auditora Independente da Companhia. A GOL registra que não há desacordo entre a Companhia e E&Y acerca das práticas e princípios contábeis, divulgação, escopo de auditoria e demonstrações financeiras e entende que a rotação das auditorias independentes é um fator positivo para o fortalecimento contínuo do processo de elaboração de suas demonstrações financeiras, motivo pelo qual a alteração foi efetuada.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESAO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

“Cláusula Compromissória” consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Nível 2 da Bovespa.

PERSPECTIVAS

A Companhia estima um crescimento da demanda pelo setor aéreo em 2010 entre 2,5 vezes a 3,0 vezes o crescimento do PIB Brasileiro, com base na contínua expansão do mercado potencial no Brasil, por conta do crescimento acelerado da classe média brasileira e do turismo na América do Sul e Caribe. Para 2010 a Companhia estima elevar sua capacidade operacional na mesma proporção do crescimento da demanda. Nesse cenário a taxa de ocupação média em 2010 tende a se aproximar de 70%, com *yields* estáveis em relação à média de 2009, resultando em uma margem operacional entre 10% e 13%.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e agentes de viagem. Destacamos a dedicação das autoridades ligadas às nossas atividades, dos representantes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da INFRAERO, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA e do Ministério do Turismo na busca pelo desenvolvimento do setor aéreo nacional.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
São Paulo – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira (controladora e consolidado) da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalva datado de 19 de março de 2009, exceto para as notas explicativas nº 1 e nº 24, cuja data é 4 de maio de 2009.
5. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. As informações relativas à natureza e os efeitos de tais diferenças estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 11 de março de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC nº 1 SP 185087/O-0

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais – R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.987	3.520	1.382.408	193.947
Caixa restrito	5	3.180	160.501	18.820	176.697
Aplicações financeiras	6	25.232	52.264	40.444	220.967
Contas a receber	7	-	-	519.308	344.927
Estoques	8	-	-	143.810	194.015
Impostos diferidos e a recuperar	9	31.156	28.100	86.125	110.767
Despesas antecipadas	10	31.627	8.289	124.728	123.797
Depósitos	11	9.552	104.463	50.429	237.914
Outros créditos e valores		-	-	40.037	49.440
Total do ativo circulante		327.734	357.137	2.406.109	1.652.471
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos	11	42.857	548	778.355	473.666
Despesas antecipadas	10	63.574	58.794	63.574	58.793
Caixa restrito	5	-	-	7.264	6.589
Impostos diferidos e a recuperar	9	9.108	93	756.836	493.771
Créditos com empresas relacionadas	12	199.608	1.146.224	-	-
Outros créditos e valores		-	-	17.304	13.969
Total do realizável a longo prazo		315.147	1.205.659	1.623.333	1.046.788
Ativo permanente					
Investimentos	13	2.647.552	699.923	-	-
Imobilizado	14	804.631	957.559	3.325.713	3.011.105
Intangível	15	266	-	1.045.755	1.024.290
Total do ativo permanente		3.452.449	1.657.482	4.371.468	4.035.395
Total do ativo não circulante		3.767.596	2.863.141	5.994.801	5.082.183
Total do ativo		4.095.330	3.220.278	8.400.910	6.734.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais – R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
PASSIVO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	259.991	719.120	455.016	809.504
Fornecedores		4.434	3.700	362.382	283.719
Arrendamentos financeiros a pagar	26	-	-	136.679	157.948
Obrigações trabalhistas		-	-	233.162	146.805
Obrigações fiscais	20	14.048	2.241	57.277	39.605
Taxas e tarifas aeroportuárias		-	-	76.331	97.210
Transportes a executar	17	-	-	561.347	572.573
Dividendos a pagar	23	186.416	577	186.416	577
Programa de milhagem	18	-	-	12.382	18.399
Adiantamentos de clientes	19	-	-	126.059	-
Provisões	22	-	674	66.259	165.287
Outras obrigações		16.905	141.013	85.789	211.057
Total do passivo circulante		481.794	867.325	2.359.099	2.502.684
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	733.755	980.230	1.121.428	1.023.224
Arrendamentos financeiros a pagar	26	-	-	1.420.739	1.429.213
Impostos diferidos	9	26	1.505	341.032	201.024
Provisão para contingências	21	-	-	43.554	52.529
Provisões	22	-	-	6.495	-
Adiantamentos de clientes	19	-	-	64.087	-
Obrigações fiscais	20	9.683	-	88.642	41.055
Outras obrigações		29.667	36.825	115.429	150.532
Total do passivo não circulante		773.131	1.018.560	3.201.406	2.897.577
Patrimônio líquido					
Capital social	23	2.194.794	1.363.946	2.194.794	1.363.946
Custo de emissão de ações		(19.194)	-	(19.194)	-
Reservas de capital		60.263	89.556	60.263	89.556
Reservas de lucros		596.627	918.565	596.627	918.565
Remuneração diferida		18.984	14.444	18.984	14.444
Ações em tesouraria		(11.887)	(41.180)	(11.887)	(41.180)
Ajustes de avaliação patrimonial		818	(16.373)	818	(16.373)
Prejuízos acumulados		-	(994.565)	-	(994.565)
Total do patrimônio líquido		2.840.405	1.334.393	2.840.405	1.334.393
Total do passivo e patrimônio líquido					
		4.095.330	3.220.278	8.400.910	6.734.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita bruta					
Transporte de passageiros		-	-	5.546.568	6.131.170
Transporte de cargas		-	-	202.695	218.937
Outras		-	-	515.969	321.859
				6.265.232	6.671.966
Impostos e contribuições		-	-	(272.547)	(262.388)
Receita líquida		-	-	5.992.685	6.409.578
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(4.697.612)	(5.540.265)
Lucro bruto		-	-	1.295.073	869.313
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	23	-	-	(474.792)	(588.735)
Despesas administrativas	23	(21.831)	(21.346)	(452.324)	(365.842)
Despesas financeiras	24	(250.273)	(600.061)	(1.076.058)	(1.858.738)
Receitas financeiras	24	423.982	270.433	1.418.902	752.344
Outras receitas	25	12.638	-	12.638	-
		164.516	(350.974)	(571.634)	(2.060.971)
Resultados de equivalência patrimonial	12	693.318	(825.041)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		857.834	(1.176.015)	723.439	(1.191.658)
Imposto de renda e contribuição social	9				
Corrente		-	(7.045)	(609)	(57.338)
Diferido		632	(54.054)	135.636	11.882
		632	(61.099)	135.027	(45.456)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		858.466	(1.237.114)	858.466	(1.237.114)
Quantidade de ações em circulação no final do exercício		265.279.538	202.300.591	265.279.538	202.300.591
Lucro (prejuízo) por ação (R\$)		3,24	(6,12)	3,24	(6,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucro			Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total	
	Capital subscrito	Capital integralizado	Ágio na conferência de ações	Reserva especial de ágio de controlada	Custo na emissão de ações	Reserva legal	Reserva para reinvestimento	Remuneração diferida	Ações em tesouraria	Ativos disponíveis para venda			Resultado não realizado de hedge
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.363.946	1.363.946	60.369	29.187	-	80.865	873.958	-	-	1.999	668	-	2.410.992
Ajustes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	9.082	-	-	-	247.911	256.993
Variação dos resultados não-realizados de hedge, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.039)	-	(15.039)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.001)	-	-	(4.001)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.237.114)	(1.237.114)
Opções de compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	5.362	-	-	-	(5.362)	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.180)	-	-	-	(41.180)
Proposta da Adm. para alocação dos dividendos intercalares:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros anteriores a ser aprovada pela AGO	-	-	-	-	-	-	(36.258)	-	-	-	-	-	(36.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.363.946	1.363.946	60.369	29.187	-	80.865	837.700	14.444	(41.180)	(2.002)	(14.371)	(994.565)	1.334.393
Variação dos resultados não-realizados de hedge, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.054	-	13.054
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.137	-	-	4.137
Aumento de capital em 20 de março de 2009	203.531	203.531	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.531
Aumento de capital em 08 de outubro de 2009	627.083	627.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	627.083
Aumento de capital por exercício de opções de compra de ações	234	234	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	234
Custo na emissão de ações	-	-	-	-	(19.194)	-	-	-	-	-	-	-	(19.194)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(29.293)	-	-	-	-	-	29.293	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros e reserva legal para absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(80.865)	(837.700)	-	-	-	-	918.565	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	858.466	858.466
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	39.123	-	-	-	-	-	(39.123)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(185.839)	(185.839)
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	557.504	-	-	-	-	(557.504)	-
Opção de compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	4.540	-	-	-	-	4.540
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.194.794	2.194.794	31.076	29.187	(19.194)	39.123	557.504	18.984	(11.887)	2.135	(1.317)	-	2.840.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	858.466	(1.237.114)	858.466	(1.237.114)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	89	-	142.853	104.900
Provisão para devedores duvidosos	-	-	7.701	34.238
Provisão (reversão) para contingências e outros	-	-	(8.975)	40.248
Provisão de contratos onerosos	-	-	2.080	8.250
Provisão (reversão) para obsolescência de estoque	-	-	4.327	(7.739)
Impostos diferidos	(632)	54.054	(135.636)	(11.882)
Equivalência patrimonial	(693.318)	825.041	-	-
Remuneração baseadas em ações	4.540	14.444	4.540	14.444
Variações cambiais, monetárias e juros, líquidas	(171.445)	264.221	(417.536)	690.525
Resultados não-realizados de <i>hedge</i> líquido de impostos	98.583	-	98.583	-
Resultado na venda / devolução de imobilizado	-	-	(8.832)	-
Programa de milhagem	-	-	(6.017)	(31.681)
Provisão para devolução de aeronave	-	-	(82.823)	102.615
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07	-	242.550	-	242.550
Contas a receber	-	-	(182.082)	536.968
Estoques	-	-	45.878	7
Depósitos	52.602	37.087	(117.204)	(418.165)
Despesas antecipadas, impostos a recuperar e outros créditos e valores	(16.306)	74.060	37.577	58.397
Fornecedores	734	3.103	78.663	(42.645)
Transportes a executar	-	-	(11.226)	99.713
Adiantamento de clientes	-	-	190.146	-
Obrigações trabalhistas	-	-	86.357	(16.632)
Obrigações fiscais	21.490	3.816	65.868	69.633
Seguros	-	-	(11.790)	10.272
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	(20.879)	12.891
Outras obrigações	(18.318)	96.017	(46.749)	194.471
Caixa aplicado nas atividades operacionais	136.485	377.279	573.290	454.264
Juros pagos	(73.674)	-	(115.422)	-
Imposto de renda pago	-	(7.045)	(609)	(57.338)
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais	62.811	370.234	457.259	396.926
Atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	27.032	117.222	180.523	295.670
Caixa restrito	(75.152)	(160.501)	(37.812)	(176.697)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(41.180)	-	(41.180)
Aquisições de imobilizado	(44.163)	(957.559)	(130.475)	(984.040)
Investimentos	(270.236)	259.863	-	884.847
Aumento de intangível	(355)	-	(31.431)	(1.024.290)
Outros	-	274	-	24.461
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(362.874)	(781.881)	(19.195)	(1.021.229)
Atividades de financiamentos:				
Empréstimos	(288.124)	1.527.983	(42.416)	147.991
Juros pagos	-	(92.856)	-	(205.497)
Créditos com empresas ligadas	-	(1.063.318)	-	-
Aumento de capital	830.848	-	830.848	-
Dividendos pagos	-	(36.258)	-	(36.258)
Resultado não-realizados de <i>hedge</i> , líquidos de impostos	-	(19.040)	-	(19.040)
Custo de emissão de ações	(19.194)	-	(19.194)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	523.530	316.511	769.238	(112.804)
Variação cambial do caixa de subsidiárias no exterior	-	-	(18.841)	14.890
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa	223.467	(95.136)	1.188.461	(722.217)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.520	98.656	193.947	916.164
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	226.987	3.520	1.382.408	193.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A]
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
RECEITAS				
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	-	-	6.265.232	6.671.966
Outras receitas operacionais	12.638	-	12.638	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(7.701)	(34.238)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)				
Fornecedores de combustível e lubrificantes	-	-	(1.832.605)	(2.630.834)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.831)	(14.541)	(1.478.735)	(1.465.305)
Seguros de aeronaves	-	-	(56.324)	(42.813)
Comerciais e publicidade	(200)	-	(353.197)	(554.497)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(393)	(14.541)	2.549.308	1.944.279
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(89)	-	(142.853)	(138.283)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(482)	(14.541)	2.406.455	1.805.996
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Créditos fiscais	1.774	-	-	-
Resultados de equivalência patrimonial	693.318	(825.041)	-	-
Receita financeira	423.982	270.433	1.418.902	752.344
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.118.592	(569.149)	3.825.357	2.558.340
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	7.738	9.695	913.779	807.176
Governo	-	61.110	326.371	484.451
Financiadores	250.273	600.061	1.076.058	1.858.738
Arrendatários	2.115	(2.901)	650.683	645.089
Acionistas	185.839	36.258	185.839	36.258
Reinvestido	672.627	(1.273.372)	672.627	(1.273.372)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.118.592	(569.149)	3.825.357	2.558.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GLAI”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, em 12 de março de 2004. A Companhia tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. (“VRG”) e, por intermédio de entidades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros.

A GLAI é a controladora direta das subsidiárias integrais sediadas no exterior GAC Inc (“GAC”), Gol Finance (“Finance”) e indireta da SKY Finance (“SKY”) e SKY Finance II (“SKY II”).

A GAC foi constituída em 23 de março de 2006 de acordo com as leis das Ilhas Cayman e sua atividade está relacionada com as aquisições de aeronaves para seu único acionista GLAI, que provê os recursos financeiros para suas atividades operacionais e liquidação de obrigações. A GAC é controladora das empresas SKY e SKY II, constituídas em 28 de agosto de 2007 e 30 de novembro de 2009, respectivamente, ambas localizadas nas Ilhas Cayman, cuja atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

A Finance foi constituída em 16 de março de 2006, de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

Em 9 de abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG, uma companhia aérea de baixo custo e baixa tarifa que opera vôos domésticos e internacionais com as marcas GOL e VARIG oferecendo serviços de transporte aéreo regular e não-regular entre os principais destinos no Brasil, América do Sul e no Caribe.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Nova Iorque (New York Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010.

2.1 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando as diretrizes da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 – e incluindo os novos dispositivos introduzidos, revogados e alterados pela Lei nº 11.638/07, além do Plano de Contas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, alinhadas com as práticas contábeis internacionais específicas do setor, emanadas das normas internacionais de contabilidade, quando da ausência de normas locais específicas.

2.2 Regime Tributário de Transição – Lei Federal nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/09, que institui o Regime Tributário de Transição (RTT) – de apuração do lucro real. Tal lei substituiu, porém não introduziu alterações à MP nº 449/08, de 3 de dezembro de 2008, aplicável à Companhia e suas controladas, nas apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, as quais continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 foram registrados, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos

Como parte do processo de harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade iniciado em 2008 e regulamentação das práticas contábeis alteradas a partir da edição das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, durante o ano de 2009 foram emitidos 27 novos pronunciamentos, 12 interpretações e 2 orientações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Os impactos dos pronunciamentos aplicáveis à Companhia estão sendo avaliados pela Administração e serão adotados obrigatoriamente nas demonstrações financeiras de 2010. Dessa forma, seguindo o disposto na Deliberação CVM 603/09 que faculta as Companhias a adoção inicial do conjunto de pronunciamentos emitidos em 2009 de forma antecipada, a Companhia adotará o conjunto de pronunciamentos emitidos em 2009 apenas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Abaixo, um resumo dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos em 2009, assim como a avaliação dos respectivos impactos na Companhia:

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos -- Continuação

CPC 15 - Combinação de Negócios (aprovado pela Deliberação CVM 580/09 e Resolução CFC 1.175/09) - Estabelece o tratamento atribuído ao reconhecimento e mensuração, nas Demonstrações Financeiras da adquirente, dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e as participações de acionistas não controladores na entidade adquirida, assim como do ágio por rentabilidade futura (goodwill) da combinação de negócios. O impacto deste pronunciamento sobre as demonstrações financeiras da Companhia dependerá da natureza de qualquer futura aquisição de negócios.

CPC 16 – Estoques (aprovado pela Deliberação CVM 575/09 e Resolução CFC 1.170/09) - Estabelece o tratamento contábil quanto a sua mensuração, desde a sua aquisição ou produção, até o momento da sua venda. A Companhia não espera impacto nas suas demonstrações financeiras quando da adoção desse pronunciamento.

CPC 18 – Investimento em Coligada e Controlada (aprovado pela Deliberação CVM 605/09 e Resolução CFC 1.241/09) - O objetivo do Pronunciamento é especificar como devem ser contabilizados os investimentos em coligadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do investidor e em controladas nas demonstrações contábeis da controladora. A Companhia não espera impacto nas suas demonstrações financeiras quando da adoção desse pronunciamento.

CPC 20 - Custos de Empréstimos (aprovado pela Deliberação CVM 577/09 e Resolução CFC 1.172/09) - Determina que os custos de empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição, à construção ou à produção do ativo devem ser capitalizados como parte do custo do ativo caso for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para entidade. A introdução deste pronunciamento não resultará em impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista que a capitalização de juros de empréstimos para a aquisição de ativos já é registrada de acordo com a legislação vigente.

CPC 21 - Demonstração Intermediária (aprovado pela Deliberação CVM 581/09 e Resolução CFC 1.174/09) - Estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de um período intermediário. A introdução deste pronunciamento exigirá que o balanço patrimonial intermediário passe a ser comparado com o do final do exercício anterior.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos -- Continuação

CPC 22 - Informações por Segmento (aprovado pela Deliberação CVM 582/09 e Resolução CFC 1.176/09) - Este pronunciamento determina que a entidade deva apresentar, para cada segmento operacional que tenha sido identificado, uma explicação das mensurações do lucro ou do prejuízo e dos ativos e passivos de cada segmento. A introdução deste pronunciamento não resultará em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista que a Administração da Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio.

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (aprovado pela Deliberação CVM 592/09 e Resolução CFC 1.179/09) - Esse pronunciamento define os critérios para a seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros. O impacto da adoção deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia dependerá da ocorrência de eventos futuros.

CPC 24 - Evento Subseqüente (aprovado pela Deliberação CVM 593/09 e Resolução CFC 1.184/09) - Esse pronunciamento determina quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem as demonstrações e as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem as demonstrações. O impacto da adoção deste pronunciamento dependerá da ocorrência de eventos futuros.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (aprovado pela Deliberação CVM 594/09 e Resolução CFC 1.180/09) - Esse pronunciamento define critérios de reconhecimento e bases de mensuração a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A Administração não espera impactos significativos em decorrência da adoção deste pronunciamento.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (aprovado pela Deliberação CVM 595/09 e Resolução CFC 1.185/09) - Esse pronunciamento define a base para apresentação de demonstrações financeiras. A adoção deste pronunciamento trará impactos na apresentação da Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido que a partir desse pronunciamento passa a incluir a coluna de Participação dos acionistas não-controladores e incluirá nas demonstrações financeiras a Demonstração dos Resultados abrangentes. A Administração não espera impactos significativos em decorrência da adoção deste pronunciamento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos -- Continuação

CPC 27 - Ativo Imobilizado (aprovado pela Deliberação CVM 583/09 e Resolução CFC 1.177/09) - Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação de informações que permitam o entendimento e a análise deste grupo de contas. Os principais pontos estabelecidos neste pronunciamento são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidos em relação aos mesmos. A introdução deste pronunciamento não resultará em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 – Receitas (aprovado pela Deliberação CVM 597/09 e Resolução CFC 1.187/09) – Este pronunciamento determina que a receita apenas poderá ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade, bem como estabelece o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos. Os critérios para o reconhecimento da receita devem ser aplicados separadamente para cada transação e a receita deve ser mensurada pelo valor justo. Adicionalmente, este pronunciamento determina que as receitas devem ser divulgadas líquidas dos impostos nas demonstrações de resultado do exercício. O impacto da adoção deste pronunciamento pela Companhia está relacionado ao programa de milhagens Smiles, uma vez que a valorização dos créditos de milhas passará a ser feita pelo valor justo das milhas, e não mais pelo custo incremental. O valor justo das milhas deverá considerar o valor pelo qual os prêmios concedidos poderiam ser vendidos separadamente, sendo esta parcela diferida e reconhecida como receita somente na utilização das milhas e na prestação do serviço. O impacto estimado em função da adoção deste pronunciamento seria de R\$43.483 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

CPC 31 - Ativo não-circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (aprovado pela Deliberação CVM 598/09 e Resolução CFC 1.188/09) - Este pronunciamento estabelece os critérios de contabilização de ativos não circulantes mantidos ou colocados para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas. O impacto deste pronunciamento sobre as demonstrações financeiras da Companhia dependerá da ocorrência de eventos futuros.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (aprovado pela Deliberação CVM 599/09 e Resolução CFC 1.189/09) – Este pronunciamento determina o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A Administração da Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção desse pronunciamento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos -- Continuação

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (aprovado pela Deliberação CVM 608/09 e Resolução CFC 1.240/09) - Este pronunciamento especifica as circunstâncias em que a entidade deve consolidar as demonstrações contábeis de um grupo econômico de entidades sob o controle da controladora. A introdução deste pronunciamento não resultará em impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a Companhia já adota os procedimentos previstos neste pronunciamento.

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de contabilidade (aprovado pela Deliberação CVM 609/09 e Resolução CFC 1.253/09) – Este pronunciamento tem como objetivo garantir que as primeiras demonstrações financeiras consolidadas de uma entidade sejam elaboradas em linha com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. A Companhia não espera impacto significativo nas suas demonstrações financeiras quando da adoção desse pronunciamento, a não ser o impacto relacionado ao Pronunciamento CPC 30 descrito anteriormente.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração (aprovado pela Deliberação CVM 604/09 e Resolução CFC 1.196/09) – Este pronunciamento estabelece os princípios para reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros como também para alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. A introdução deste pronunciamento não resultará em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a Companhia já adota os procedimentos previstos neste pronunciamento.

CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação (aprovado pela Deliberação CVM 604/09 e Resolução CFC 1.197/09) – Este pronunciamento estabelece os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros. A introdução deste pronunciamento não resultará em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a Companhia já adota os procedimentos previstos neste pronunciamento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos -- Continuação

CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (aprovado pela Deliberação CVM 604/09 e Resolução CFC 1.198/09) – Este pronunciamento estabelece as necessidades de divulgação relacionadas às operações definidas nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 e CPC 39. A introdução deste pronunciamento não resultará em impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a Companhia já adota os procedimentos previstos neste pronunciamento.

CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 (aprovado pela Deliberação CVM 610/09 e Resolução CFC 1.254/09) – O objetivo deste pronunciamento é fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações financeiras possam ser declaradas, com algumas exceções, como estando em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A Companhia não espera impacto significativo nas suas demonstrações financeiras quando da adoção desse pronunciamento, a não ser o impacto relacionado ao Pronunciamento CPC 30 descrito anteriormente.

ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (aprovado pela Deliberação CVM 613/09 e Resolução CFC 1.256/09) – Esta Interpretação apresenta esclarecimentos sobre os aspectos complementares sobre as operações de arrendamento mercantil. A Companhia não espera impactos significativos com a adoção desta interpretação.

ICPC 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (aprovado pela Deliberação CVM 614/09 e Resolução CFC 1.257/09) – Esta Interpretação esclarece que o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – deve ser aplicado em todas as transações específicas em que a entidade recebe bens ou serviços como contrapartida por instrumentos patrimoniais da entidade. O impacto da adoção desta interpretação nas demonstrações financeiras da Companhia dependerá da ocorrência de eventos futuros.

ICPC 05 – Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – transações de Ações do Grupo e em Tesouraria (aprovado pela Deliberação CVM 615/09 e Resolução CFC 1.258/09) – Esta Interpretação esclarece as transações de acordos de pagamento baseado em ações que envolvem instrumentos patrimoniais da própria entidade, assim como acordos de pagamento baseado em ações que envolvem instrumentos patrimoniais da controladora. A Companhia não espera impactos significativos com a adoção desta interpretação.

ICPC 06 – Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior (aprovado pela Deliberação CVM 616/09 e Resolução CFC 1.256/09) – Esta interpretação estabelece determinações sobre a natureza do risco e o montante do item protegido para o qual uma relação de *hedge* pode ser designada, além de determinar onde o instrumento de *hedge* pode ser mantido. A Companhia não espera impactos significativos, uma vez que não há operações envolvendo estes instrumentos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.3 Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e efeito dos novos pronunciamentos -- Continuação

ICPC 08 – Contabilização da Proposta de pagamento de Dividendos (aprovado pela Deliberação CVM 601/09 e Resolução CFC 1.195/09) - Este pronunciamento estabelece que o dividendo mínimo obrigatório deva ser consignado como uma obrigação na data do encerramento do exercício social a que se refere às Demonstrações Financeiras. Esta interpretação não causará impactos na Companhia, uma vez que este procedimento já é adotado pela Companhia.

ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (aprovado pela Deliberação CVM 618/09 e Resolução CFC 1.262/09) – Esta interpretação visa esclarecer questões inerentes aos Pronunciamentos Técnicos CPC 04, 15, 18, 19, 35 e 36, além de exigir procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras (controle integral ou conjunto). A companhia não espera impactos significativos em função da adoção desta interpretação.

ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para investimento dos pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 (aprovado pela Deliberação CVM 619/09 e Resolução CFC 1.263/09) - Este pronunciamento estabelece determinações sobre os procedimentos a serem seguidos quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos 27, 28, 37 e 43. A companhia não espera efeitos em função da adoção desta interpretação, uma vez que os impactos relativos ao imobilizado já foram registrados em 2008 devido à reavaliação da vida útil estimada dos ativos ocorrida naquele ano no que diz respeito à adoção do CPC 27.

OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008 (aprovado pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/09 e Resolução CFC nº 1.157/09) – O objetivo desta orientação é esclarecer e salientar alguns assuntos relativos aos Pronunciamentos emitidos e aplicáveis na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2008.

OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (aprovado pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 1.199/09) – Orientação proveniente de revogação do Pronunciamento Técnico CPC 14 (aplicável somente para os exercícios de 2008 e 2009). Referida orientação visa servir como um guia mais simplificado para aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40. A Companhia não espera impactos significativos com a adoção desta orientação.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.4 Reclassificações

Foram efetuadas reclassificações nos valores anteriormente apresentados dos saldos de 31 de dezembro de 2008 com o objetivo de melhor apresentação e comparabilidade nas demonstrações financeiras. A demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi reapresentada de forma a apresentar os efeitos da variação cambial do caixa de subsidiárias no exterior.

Os principais grupos de ativo e passivo que tiveram seus saldos reclassificados estão demonstrados abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos divulgados	Reclassificações	Saldos reclassificados	Saldos divulgados	Reclassificações	Saldos reclassificados
ATIVO						
Circulante						
Estoque	-	-	-	206.365	(12.350)	194.015
Créditos com empresas de arrendamento	104.463	(104.463)	-	129.748	(129.748)	-
Depósitos	-	104.463	104.463	-	237.914	237.914
Total do ativo circulante	357.137	-	357.137	1.556.655	95.816	1.652.471
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos em garantia	548	(548)	-	209.637	(209.637)	-
Depósitos para manutenção	-	-	-	391.989	(391.989)	-
Depósitos	-	548	548	-	473.666	473.666
Despesas antecipadas	-	58.794	58.794	-	58.793	58.793
Impostos diferidos e a recuperar	39.620	(39.527)	93	620.485	(126.714)	493.771
Outros créditos e valores	58.794	(58.794)	-	72.762	(58.793)	13.969
Total do realizável a longo prazo	1.245.186	(39.527)	1.205.659	1.301.462	(254.674)	1.046.788
Ativo Permanente						
Imobilizado	957.559	-	957.559	2.998.755	12.350	3.011.105
Total do ativo permanente	1.657.482	-	1.657.482	4.023.045	12.350	4.035.395
Total do ativo não circulante	2.902.668	(39.527)	2.863.141	5.324.507	(242.324)	5.082.183
Total do ativo	3.259.805	(39.527)	3.220.278	6.881.162	(146.508)	6.734.654
PASSIVO						
Circulante						
Arrendamentos operacionais a pagar	-	-	-	43.109	(43.109)	-
Seguros a pagar	674	(674)	-	54.422	(54.422)	-
Provisões	-	674	674	-	165.287	165.287
Outras obrigações	141.013	-	141.013	278.813	(67.756)	211.057
Total do passivo circulante	867.325	-	867.325	2.502.684	-	2.502.684
Não circulante						
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	1.415.657	13.556	1.429.213
Impostos diferidos	41.032	(39.527)	1.505	327.738	(126.714)	201.024
Provisão para contingências	-	-	-	72.323	(19.794)	52.529
Obrigações fiscais	-	-	-	-	41.055	41.055
Outras obrigações	36.825	-	36.825	205.143	(54.611)	150.532
Total do passivo não circulante	1.058.087	(39.527)	1.018.560	3.044.085	(146.508)	2.897.577
Total do passivo e patrimônio líquido	3.259.805	(39.527)	3.220.278	6.881.162	(146.508)	6.734.654

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras --
Continuação**

2.5 Reconciliação com as divulgações IFRS

Conforme permitido pela SEC e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional emitido pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” em IFRS, bem como nos termos da legislação societária brasileira, simultaneamente.

Considerando o atual estágio da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade, ainda existem diferenças entre as demonstrações financeiras societárias da Companhia e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo *IASB*. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as conciliações dos patrimônios líquidos e dos resultados dos exercícios são como segue:

	Patrimônio Líquido	
	2009	2008
Conforme práticas contábeis adotadas no Brasil	2.840.405	1.334.393
Programa de milhagem (i)	3.034	(29.663)
Efeitos da aquisição de empresas (ii)	(346.306)	(346.306)
Impostos diferidos (iii)	112.853	113.184
Conforme IFRS	2.609.986	1.071.608

	Resultado do Exercício	
	2009	2008
Conforme práticas contábeis adotadas no Brasil	858.466	(1.237.114)
Programa de milhagem (i)	43.483	(3.385)
Impostos diferidos (iii)	(11.117)	1.152
Conforme IFRS	890.832	(1.239.347)

i) Programa de milhagem

A controlada VRG opera um programa de milhagem, o Smiles (“Programa de Milhagem”) que proporciona viagens e outros prêmios a membros baseado nas milhas por eles acumuladas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.5 Reconciliação com as divulgações IFRS -- Continuação

i) Programa de milhagem -- Continuação

A parcela de receita relativa às milhas é diferida e reconhecida no resultado no momento em que as milhas são resgatadas e o serviço é prestado. Para fins de IFRS, a receita diferida é registrada ao valor justo com base no valor médio do preço de venda de todas as milhas que foram diferidas. Enquanto que, nas demonstrações financeiras em BR GAAP as obrigações são reconhecidas com base no custo incremental que consiste no custo adicional da prestação de serviços.

Em decorrência da reestruturação societária, a Companhia revitalizou o Programa de Milhagem, e vem estimulando a utilização das milhas acumuladas com promoções para todos os clientes da Companhia que possuem milhas acumuladas. Consequentemente, a receita diferida reconhecida gerou um aumento de R\$43.483 no resultado do exercício (redução de R\$3.385 em 31 de dezembro de 2008) da Companhia, em IFRS quando comparado com o BR GAAP.

ii) Diferença na contabilização de aquisições de empresas

De acordo com o IFRS 3 – Combinações de Negócios, a alocação do preço de compra da VRG em 9 de abril de 2007 foi efetuada com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos líquidos, incluindo os passivos contingentes, sendo o excedente do valor de compra registrado como ágio por expectativa de rentabilidade futura da operação. Nas demonstrações financeiras em BR GAAP, o ágio foi calculado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida.

iii) Impostos diferidos

Correspondem as diferenças temporárias relativas as diferenças de critérios contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis vigentes no Brasil e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das suas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e normas da CVM, incluindo as contas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e de suas controladas diretas e indiretas a seguir relacionadas:

	Localidade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
			2009	2008
VRG	Brasil	Direto	100%	100%
GAC Inc.	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
Gol Finance	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
SKY Finance	Ilhas Cayman	Indireto	100%	100%
SKY Finance 2	Ilhas Cayman	Indireto	100%	-

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com aquelas utilizadas nos exercícios anteriores.

Para as controladas e sucursais no exterior que não possuem autonomia administrativa, a Companhia e a controlada VRG integram às suas demonstrações financeiras os ativos, passivos, receitas e despesas dessas controladas e sucursais, eliminando as participações no capital, na reserva, no resultado acumulado e nos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre a Companhia, a VRG, suas controladas e sucursais. As transações e saldos com partes relacionadas estão descritas na nota explicativa nº 12.

b) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte é fornecido ou quando o bilhete expira sem ser utilizado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar que representa uma receita diferida dos bilhetes vendidos para viagens com datas futuras e reembolsos e troca de bilhetes estimados vendidos para viagens passadas. Os reembolsos e trocas futuras estimadas incluídas na conta do transportes a executar são comparados mensalmente com reembolsos ocorridos e atividades de troca para monitorar a razoabilidade do reconhecimento de receita da Companhia com relação a bilhetes cancelados.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

b) Apuração de resultado--Continuação

As receitas de transporte de cargas são reconhecidas quando o transporte é executado. As outras receitas são representadas por serviços de fretamento, taxas de alteração de reservas de vôos, receitas com venda de milhas e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Os caixas e equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

d) Caixa restrito

O caixa restrito está representado por depósitos de margem de garantia vinculados às operações de *hedge*, e empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

e) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

e) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros não derivativos--Continuação

- i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem os ativos financeiros adquiridos com o propósito de venda e recompra no curto prazo, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, mensurados pelo seu valor justo sendo os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui caixas e equivalentes de caixa classificados nesta categoria.
- ii. Ativos ou passivos financeiros mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros, utilizando uma taxa de desconto que, quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.
- iii. Empréstimos (concedidos) e recebíveis: incluem os ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, os quais após o reconhecimento inicial são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro classificado nesta categoria.
- iv. Disponíveis para venda: incluem os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias acima, mensurados pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os títulos disponíveis para venda que são mensurados a valor justo, com os ganhos e perdas incluídos no patrimônio líquido até que o investimento seja baixado, ou seja, determinada a perda ao seu valor recuperável, momento em que os ganhos e perdas acumulados anteriormente divulgados no patrimônio líquido, são incluídos no resultado. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

e) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros não derivativos--Continuação

Os investimentos de curto prazo, classificados como Aplicações Financeiras, correspondem a títulos de renda fixa, renda variável, títulos públicos e compromissadas e FIDC. Apresentam vencimentos em prazo superior a 90 dias contados a partir da data da aplicação e são adquiridos com propósito de se obter a remuneração do caixa no tempo até o momento da necessidade de caixa. A política de caixa da Companhia determina que sejam adquiridos títulos que tenham as características de serem rapidamente conversíveis em caixa, com custos reduzidos de transação, que sejam de natureza altamente líquida e contratados junto às instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não pratica investimentos em títulos com objetivo especulativos.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são remensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro classificado nesta categoria.
- ii. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são remensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia possui as dívidas de curto e longo prazo e as contas a pagar a fornecedores classificadas nesta categoria.

Instrumentos financeiros derivativos

Como parte do seu programa de gerenciamento de risco, a Companhia utiliza uma variedade de instrumentos financeiros derivativos, incluindo opções de compra de petróleo, swap de taxa de juros e contratos futuros em moeda estrangeira para se proteger contra oscilações abruptas das cotações de mercado e, deste modo, amenizar a volatilidade de suas despesas vinculadas a essas cotações. A Companhia não detém ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de negociação.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

e) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para *hedge* que deverá seguir o método de contabilização descrita para *hedge* de fluxo de caixa:

Hedge de fluxo de caixa

Para fins de contabilização de *hedge* conforme CPC 14, o instrumento é classificado como *hedge* de fluxo de caixa quando proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para *hedge*, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de *hedge*, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser *protegido* e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de *hedge* na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de *hedges* sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do *hedge* afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do *hedge*. Quando o item objeto da cobertura de *hedge* é um ativo não-monetário, os montantes alocados ao patrimônio líquido são reconhecidos pelo valor contábil inicial de um ativo não-monetário.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

e) Instrumentos financeiros--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de *hedge* expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um *hedge* é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

A Companhia mensura trimestralmente a efetividade dos instrumentos de *hedge* em compensar as variações de preços conforme exigido pelo CPC 14. São considerados efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da variação no preço do item para o qual a proteção foi contratada. Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o trimestre que não são qualificados para contabilização de *hedge*, bem como, a parcela inefetiva dos instrumentos designados para contabilização de *hedge* são reconhecidos diretamente ao resultado.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa opções de petróleo, opções de dólares americanos, futuros de dólares americanos e swap de juros Libor.

f) Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir os créditos cuja realização é incerta, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A provisão é constituída para todas as contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil e 30 dias de agências de viagem e cargas, e outros.

g) Estoques

Os estoques são compostos por materiais de consumo e de manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado, incluem as importações em andamento e estão reduzidos por provisões para estoques com baixa movimentação e obsolescência, quando aplicável.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

h) Depósitos

Estão representados pelos depósitos para manutenção de aeronaves e motores, depósitos em garantia e cauções de contratos de arrendamentos mercantis e depósitos judiciais de passivos contingentes relativos a processos tributários.

Os depósitos para manutenção referem-se a pagamentos realizados pela Companhia aos arrendadores das aeronaves para aplicação em eventos futuros de manutenção das aeronaves e motores. Os depósitos recuperáveis denominados em dólares norte-americanos são atualizados monetariamente de acordo com a variação cambial e os montantes pagos antecipadamente de depósitos de manutenção são registrados pelo valor histórico do pagamento, sendo reconhecidos no resultado como custos com manutenção quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização de gastos com manutenção. A Administração efetua análises regulares da recuperação dos depósitos de manutenção e acredita que os valores refletidos no balanço consolidado como depósitos são recuperáveis.

Os depósitos em garantia e cauções de contratos de arrendamento são representados por montantes depositados de parcelas mensais do arrendamento mercantil oferecidos a favor dos arrendadores, conforme estabelecido no início dos contratos de arrendamento. Os depósitos e cauções são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros e reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

i) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas consistem principalmente de pré-pagamentos para arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, comissões de vendas a apropriar, perdas diferidas de transações de *sale-leaseback* de aeronaves e pagamentos antecipados de seguros.

j) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras da controlada elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas da Companhia.

Os investimentos em empresas controladas no exterior que representam na essência uma extensão da controladora GLAI e de sua controlada VRG, foram incluídos linha a linha nas respectivas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

k) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes rotáveis são registrados pelo custo de aquisição ou construção que incluem juros e demais gastos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como as peças sobressalentes adquiridas separadamente, são registradas como ativo fixo e geralmente depreciadas em linha com a frota a qual estão relacionadas. Os adiantamentos para aquisição de aeronaves referem-se pré-pagamentos efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 Next Generation. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear até seus valores residuais estimados às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. As benfeitorias em bens de terceiros, aeronaves, móveis e bases aeroportuárias são amortizadas com base no prazo dos contratos de aluguel ou arrendamentos.

A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil estimada</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros a equipamento de voo	Menor entre prazo contratual de arrendamento e vida útil
Aeronaves e equipamentos de voo	25 anos
Rotáveis	25 anos
Manutenção e equipamento de engenharia	10 anos
Gastos com grandes manutenções	5 anos
Comunicação e equipamento meteorológico	10 anos
Hardware e software de computador	5 anos

Os gastos relevantes com manutenção de componentes do imobilizado e as principais revisões de motores são tratados como componentes específicos do imobilizado com seu custo capitalizado e depreciado até a próxima revisão. Todas as demais peças sobressalentes e outros custos relacionados à manutenção da frota de aeronaves são contabilizados como despesa no resultado no momento do consumo. Os juros incorridos e as diferenças em variação cambial identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis à ativos em construção, são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

1) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional.

Os contratos de arrendamentos financeiros são reconhecidos no ativo imobilizado com sua contrapartida no passivo com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das contraprestações remanescentes a pagar de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada ao resultado como despesa financeira pelo prazo remanescente do contrato com base no método do custo amortizado e na taxa de juros efetiva.

As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro, registrados no ativo imobilizado e que possuem opção de compra ao final do contrato, são depreciados linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual de 20% estimado com base em sua experiência e valorizações com base em preços de mercado. Para as demais aeronaves, quando não existe uma razoável certeza de que a Companhia irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual, a depreciação considera o menor prazo entre a vida útil-econômica remanescente estimada e o prazo do contrato de arrendamento.

Os valores dos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado a medida que ocorrem os pagamentos das contraprestações. As diferenças entre os valores efetivamente pagos das contraprestações de arrendamento e os aluguéis reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

l) Arrendamento mercantil--Continuação

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado quando for certo que a transação foi estabelecida a valor justo,
- Se o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado, quando os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o prazo do contrato de arrendamento.
- Na hipótese do preço de venda ser superior ao valor justo do bem, o valor excedente ao valor justo é diferido e amortizado durante o período em que se espera que o ativo será utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

m) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os direitos de uso de softwares e o ágio apurado na aquisição da VRG decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e, são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

O ágio decorrente de aquisição da VRG ocorrida em 9 de abril de 2007, têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e seria amortizado na proporção da geração de lucros no prazo máximo de 10 anos da data de sua formação. Com base nas projeções de resultados da empresa adquirida, que contemplavam a sua reestruturação, concluída no último trimestre de 2008, não houve amortização do ágio em 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, em razão de alteração na prática contábil adotada no Brasil, o ágio deixou de ser amortizado e será submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

n) Programa de milhagem

O programa de milhagem denominado Smiles consiste na conversão de milhas acumuladas pelos passageiros ao utilizarem os vôos da Companhia e de outros parceiros aéreos, a que se estendem os nossos acordos de milhagem, serviços e produtos contratados com empresas não-aéreas do segmento financeiro, petroleiro, hoteleiro e securitário em prêmios e passagens. As obrigações relacionadas com milhas emitidas, acumuladas e não resgatadas são reconhecidas em contrapartida de despesas comerciais. As obrigações são estimadas utilizando o total estimado de bilhetes a conceder, os quais são valorizados com base no custo incremental que consiste no custo adicional por passageiro embarcado, assumindo-se que os assentos ofertados pelo programa não seriam ocupados por passageiros pagantes. As receitas decorrentes de milhas vendidas para empresas não aéreas parceiras do programa de milhagem Smiles são registradas como outras receitas quando as milhas são vendidas.

o) Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia se há qualquer indício de deterioração em todos os ativos não-financeiros, inclusive o ágio, o imobilizado, outros intangíveis e outros ativos. A recuperação do ágio é testada anualmente ou quando existem indícios de perda do valor recuperável. O montante recuperável tem sido determinado com base no valor em uso da unidade geradora de caixa consolidada. O valor em uso é determinado utilizando premissas para determinar o fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, estabelecidas pela Administração mediante o uso de estimativas.

Outros ativos não-financeiros também são testados para perda de valor recuperável quando existem indícios de que o valor contábil pode não ser recuperado.

A Companhia reconhece as mudanças no valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda no patrimônio líquido. Quando existe uma redução no valor justo destes ativos, a Administração analisa se este declínio tem característica permanente para determinar se a perda no valor recuperável deve ser reconhecida no resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

p) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

q) Custo para devolução de aeronaves sob a modalidade de arrendamento operacional

A Companhia é contratualmente requerida a devolver as aeronaves arrendadas em um nível definido de atividade. A Companhia reconhece as obrigações relacionadas com os custos de devolução das aeronaves nas condições contratualmente requeridas quando as condições da aeronave não estejam em conformidade com as condições contratuais de devolução usando estimativas amparadas na experiência da Administração e em dados disponíveis da indústria.

r) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 ao ano, e a contribuição social é constituída à alíquota de 9% sobre a base tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social, das adições temporárias ao lucro tributável e das diferenças temporárias decorrentes da neutralidade para fins tributários, mediante a opção da Companhia e sua controlada direta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) na adoção da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/08. Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros futuros para sua utilização, observando-se as limitações legais, com base em projeções de resultados futuros fundamentadas em premissas internas aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, e em cenários econômicos futuros, sujeitos a alterações.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

s) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativas com base em premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: valor residual do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; a quantidade de bilhetes que serão emitidos decorrentes de milhagem auferida pelos clientes, as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM n°. 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente.

Durante o exercício de 2009, a Companhia revisou as taxas de depreciação utilizadas para as aeronaves sob arrendamento financeiro, reconfigurações de aeronaves, peças e conjuntos de reposição e motores sobressalentes, de 5% para 4%, para melhor compatibilização com o tempo de vida útil desses bens. A mudança de vida útil econômica está amparada por estudos técnicos aprovados pelos órgãos da Administração da Companhia e foi aplicada de forma prospectiva partir de 1º de abril de 2009. O impacto da redução de depreciação decorrente da alteração da vida útil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi de aproximadamente R\$12.000.

t) Remuneração com base em ações

As despesas com remuneração decorrentes da concessão de opções de compra de ações da Companhia são reconhecidas nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo na data da outorga. Após o reconhecimento inicial, os valores de transações que serão liquidados por meio da emissão de ações não são ajustados. As despesas são reconhecidas no resultado durante o período de aquisição dos direitos estabelecidos no plano de remuneração com base nas opções de compra de ações concedidas.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras -- Continuação

u) Ajuste ao valor presente

Para os ativos e passivos monetários de longo prazo são calculados o seu valor presente, e para os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são registrados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para 31 de dezembro de 2009, os efeitos do desconto ao valor presente das contas a receber e a pagar não foram considerados relevantes e por este motivo não foram registrados.

w) Conversão de saldos e transações denominadas em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e controladas é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por não possuírem independência administrativa, financeira e operacional, elas se configuram como uma extensão das atividades comerciais da controladora no Brasil e foram tratadas como filiais da Companhia. Dessa forma, os seus ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa são considerados em Reais e distribuídos, linha a linha, nas demonstrações financeiras da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e depósitos bancários	23.910	3.520	84.262	148.715
Equivalentes de caixa	203.077	-	1.298.146	45.232
	<u>226.987</u>	<u>3.520</u>	<u>1.382.408</u>	<u>193.947</u>

Em 31 de dezembro de 2009, os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 95,0% e 107,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Títulos privados	88.408	-	619.587	1.895
Títulos públicos	98.446	-	582.710	2.749
Compromissadas - Overnight	16.223	-	95.849	-
Outros	-	-	-	40.588
	<u>203.077</u>	<u>-</u>	<u>1.298.146</u>	<u>45.232</u>

Essas aplicações financeiras apresentam alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Caixa restrito

O caixa restrito está representado por depósitos de margem de garantia vinculados às operações de *hedge* e empréstimos do BNDES e BDMG.

Os depósitos de margem de garantia vinculados às operações de *hedge* correspondem a R\$18.820 (R\$174.460 em 31 de dezembro de 2008), registrado no ativo circulante, e são depositados junto a BM&FBOVESPA para operações de Futuro de Dólar e, no caso das operações com derivativos de petróleo e juros, depositados junto aos bancos com os quais foram realizados os contratos. Os depósitos são basicamente aplicados em títulos públicos remunerados pela SELIC ou outra taxa básica de juros.

O caixa restrito vinculado aos empréstimos do BNDES e BDMG é aplicado em fundos DI, remunerados a taxa média ponderada de 98,2% do CDI, e correspondem ao requerimento de depósitos de garantia pelas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo do ativo não circulante corresponde a R\$7.264 (R\$6.589 em 31 de dezembro de 2008).

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Títulos privados	2.755	11.169	16.307	131.694
Títulos públicos	-	4.133	-	7.475
Compromissadas - Overnight	-	5.875	-	9.776
Certificados de depósitos no exterior	22.312	31.087	22.312	31.086
Outros	-	-	849	33.901
Total ativos financeiros disponíveis para venda	25.067	52.264	39.468	213.932
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa em moeda estrangeira	165	-	976	7.035
	25.232	52.264	40.444	220.967

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são compostos basicamente por fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e certificados de depósitos no exterior (*time deposits*). Essas aplicações financeiras possuem um prazo médio de vencimento de 572 dias, remuneradas a taxa média de 109,3% do CDI ao ano.

O *hedge* de fluxo de caixa consiste em instrumentos financeiros derivativos de futuro e opções de compra de dólares americanos registrados em contas patrimoniais ou em contas redutoras de despesas no resultado, que visam administrar a exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de mercado de taxas de câmbio que se encontram detalhadas na Nota nº 27.

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2009	2008
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	341.784	95.097
Agências de viagens	123.884	116.270
Vendas parceladas	57.491	92.913
Agências de cargas	14.220	15.505
Outros	23.161	48.723
	560.540	368.508
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	4.273	5.749
Agências de viagens	6.349	13.940
Agências de cargas	545	1.428
	11.167	21.117
	571.707	389.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52.399)	(44.698)
	519.308	344.927

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber -- Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2009	2008
Saldo no início do exercício	(44.698)	(23.297)
Adições	(41.366)	(28.936)
Montantes incobráveis	17.672	-
Recuperações	15.993	7.535
Saldo no final do exercício	(52.399)	(44.698)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2009	2008
A vencer	498.684	327.721
Vencidas até 30 dias	10.172	13.103
Vencidas de 31 a 60 dias	4.870	3.555
Vencidas de 61 a 90 dias	2.350	4.455
Vencidas de 91 a 180 dias	14.592	13.011
Vencidas de 181 a 360 dias	9.492	8.194
Vencidas acima de 360 dias	31.547	19.586
	571.707	389.625

Em 31 de dezembro de 2009, as contas a receber de agências de viagem no valor de R\$67.691 (R\$18.070 em 31 de dezembro de 2008) estão vinculadas a garantias de contratos de empréstimos.

8. Estoques

	Consolidado	
	2009	2008
Materiais de consumo	16.891	15.169
Peças e materiais de manutenção	98.744	108.408
Adiantamentos a fornecedores	25.086	65.230
Importações em andamento	5.749	5.378
Outros	5.942	4.105
Provisão para obsolescência	(8.602)	(4.275)
	143.810	194.015

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

8. Estoques -- Continuação

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldos no início do ano	(4.275)	(12.013)
Adições	(4.327)	(8.473)
Baixas	-	16.211
Saldos no final do ano	<u>(8.602)</u>	<u>(4.275)</u>

9. Impostos diferidos e a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Impostos a recuperar:				
Ativo circulante				
PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	-	782
ICMS ⁽²⁾	-	-	4.711	4.184
Antecipações de IRPJ e CSSL ⁽³⁾	30.446	26.433	37.644	45.106
Retenção de impostos – IRRF de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras ⁽⁴⁾	505	1.642	2.044	25.837
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	18.047	17.193
Imposto de valor agregado recuperável – IVA ⁽⁵⁾	-	-	5.071	15.968
Imposto de renda sobre importações	-	-	18.119	-
Outros	205	25	489	1.697
Total dos impostos a recuperar	<u>31.156</u>	<u>28.100</u>	<u>86.125</u>	<u>110.767</u>
Impostos diferidos:				
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais	6.628	-	346.725	272.027
Base negativa de contribuição social	2.387	-	124.821	37.365
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	-	-	60.419	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	187.558	29.054
Devolução de aeronaves	-	-	6.729	34.889
Operações de leasing de aeronaves	-	-	-	86.404
Outros	93	93	30.584	34.032
Total do imposto diferido ativo não circulante	<u>9.108</u>	<u>93</u>	<u>756.836</u>	<u>493.771</u>
Passivo não circulante				
Depósitos de manutenção	-	-	151.820	133.276
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	83.427	64.564
Estorno da amortização do ágio	-	-	25.532	-
Operações de leasing de aeronaves	-	-	69.893	-
Outros	26	1.505	10.360	3.184
Total do imposto diferido passivo não circulante	<u>26</u>	<u>1.505</u>	<u>341.032</u>	<u>201.024</u>

(1) PIS e COFINS: impostos federais sobre a receita.

(2) ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.

(3) IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável.

CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais.

(4) IRRF: retenção do imposto de renda aplicável em determinadas operações domésticas, tais como pagamento de taxas para alguns prestadores de serviço, pagamento de salários e rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários.

(5) IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços no exterior.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

9. Impostos diferidos e a recuperar -- Continuação

A Companhia e sua controlada têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada (VRG)	
	2009	2008	2009	2008
Prejuízo fiscal	266.250	144.786	1.360.390	1.183.236
Base negativa de contribuição social	266.250	144.786	1.360.390	1.183.236

Em 31 de dezembro de 2009, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de sua controlada, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos reconhecidos no prazo máximo de 10 anos, conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Considerando o período de 12 meses de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, conforme segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2018	Total
						a	a	
						2017	2020	
VRG	49.718	68.898	66.524	65.310	64.182	147.899	-	462.531
GLAI	90	1.355	1.260	1.173	1.091	2.766	1.280	9.015

Adicionalmente, a controladora GLAI tem o montante R\$81.510 de créditos fiscais diferidos não reconhecidos a serem realizados após 2020, que serão utilizados a cada três anos no montante aproximado de R\$3.000, até seu total aproveitamento de acordo com o cenário atual de projeções de crescimento da Companhia.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos futuros.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

9. Impostos diferidos e a recuperar -- Continuação

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

	Imposto de renda e contribuição social			
	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	857.834	(1.176.015)	723.439	(1.191.658)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(291.664)	399.845	(245.970)	405.164
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior	340.662	(409.813)	104.934	(98.921)
Benefício sobre apuração de IRPJ e CSLL diferidos em controladas	-	-	-	(3.876)
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal	(32.088)	-	263.167	(330.654)
Despesas indedutíveis (receitas não tributáveis) das controladas	--	-	22.970	(30.281)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	(16.278)	(3)	(10.074)	11.865
Benefício fiscal da compensação de prejuízos fiscais	-	(51.128)	-	1.247
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>632</u>	<u>(61.099)</u>	<u>135.027</u>	<u>(45.456)</u>
Alíquota efetiva	0,1%	-	18,7%	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(7.045)	(609)	(57.338)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>632</u>	<u>(54.054)</u>	<u>135.636</u>	<u>11.882</u>
	<u>632</u>	<u>(61.099)</u>	<u>135.027</u>	<u>(45.456)</u>

10. Despesas antecipadas

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Perdas diferidas de transações de <i>sale-leaseback</i> de aeronaves (a)	72.947	66.603
Pré-pagamentos de seguros	60.398	52.971
Pré-pagamentos de arrendamentos	35.453	45.596
Pré-pagamentos de comissões	14.705	11.738
Outros	4.799	5.682
	<u>188.302</u>	<u>182.590</u>
Circulante	<u>124.728</u>	<u>123.797</u>
Não-circulante	<u>63.574</u>	<u>58.793</u>

(a) Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves no montante de R\$89.337. Estas perdas estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Em 31 de dezembro, os saldos registrados na rubrica de despesa antecipada no ativo circulante e não circulante correspondem a R\$9.373 e R\$63.574, respectivamente (R\$7.810 e R\$58.793 em 31 de dezembro de 2008). Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na Nota nº 26.

11. DepósitosDepósitos de manutenção

A Companhia efetua depósitos para manutenção de aeronaves e motores que serão aplicados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantis. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente.

Os depósitos são valorizados conforme determinado nos contratos de arrendamento com base em medidas de desempenho, como horas de vôo ou ciclos e são utilizados para pagamento das manutenções efetuadas, podendo ser reembolsados à Companhia ao término dos contratos. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização dos gastos de manutenção. Alguns contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos de manutenção não são reembolsáveis. Tais excessos ocorrem quando os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Os excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

11. Depósitos -- Continuação

Depósitos de manutenção -- Continuação

Com base nas análises regulares de recuperação dos depósitos, a Administração acredita que os valores refletidos no balanço consolidado são recuperáveis, não havendo indicadores de deterioração dos depósitos de manutenção, cujos saldos em 31 de dezembro de 2009 classificados no ativo circulante e não circulante é de R\$50.429 e R\$472.244, respectivamente (R\$237.914 e R\$283.823 em 31 de dezembro de 2008).

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para permitir a utilização dos depósitos para cobrir outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento. Muitos dos contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção.

Depósitos de garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia às empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$251.716 (R\$147.927 em 31 de dezembro de 2008).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam, substancialmente, garantias de passivos contingentes relativos a processos tributários mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Os depósitos judiciais relativos aos processos trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$26.785 (R\$19.794 em 31 de dezembro de 2008), cuja possibilidade de resgate é remota estão apresentados deduzindo o valor da provisão para contingências de acordo com Deliberação CVM 489/05, conforme demonstrado na Nota nº 21.

Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2009, registrado no ativo não circulante totalizavam R\$54.395 (R\$41.916 em 31 de dezembro de 2008).

12. Transações com partes relacionadas

Serviços gráficos, de transportes e de consultoria

A controlada VRG mantém contrato com a empresa ligada Breda Transportes e Serviços S.A. para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, com data de vencimento em 02 de junho de 2010 podendo ser renovado a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

A Controlada VRG também mantém contratos com as empresas ligadas Expresso União Ltda., Serviços Gráficos Ltda. e HK Consultoria e Participações para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, serviços gráficos e serviços de consultoria, respectivamente, com prazos de vigência de 12 meses sem a incidência de encargos financeiros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esses de serviços de R\$10.075 (R\$8.287 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008). As entidades mencionadas anteriormente pertencem ao mesmo grupo econômico e todas são controladas pela Comporte Participações S.A..

Arrendamento mercantil operacional

A VRG é locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246 em São Paulo – SP, pertencente a empresa Patrimony Administradora de Bens controlada pela Comporte Participações S.A., cujo contrato tem vencimento em 05 de abril de 2010 e cláusula de reajuste anual com base no IGP-M. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esse arrendamento de R\$428 (R\$302 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008).

Acordo Comercial com Unidas Rent a Car

Em maio de 2009, a VRG assinou um acordo comercial com a Unidas Rent a Car, uma empresa brasileira de aluguel de carros, que dá aos clientes da Unidas um desconto de 50% no valor das diárias de aluguel quando eles compram bilhetes de vôos operados pela controlada operacional VRG por meio de seu *website*. O presidente do Conselho de Administração da Companhia, Álvaro de Souza, é também presidente do conselho da Unidas Rent a Car.

Contas a pagar – passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos a pagar às empresas ligadas no valor de R\$688 (R\$281 em 31 de dezembro de 2008) estão incluídos nos saldos de fornecedores e referem-se substancialmente ao pagamento à Breda Transportes e Serviços S.A. sobre os serviços de transporte de passageiros.

12. Transações com partes relacionadas -- Continuação*Contratos de mútuos- ativo não circulante*

A Companhia mantém mútuo com sua controlada VRG, sem previsão de encargos financeiros, avais e garantias, que totaliza R\$199.608 em 31 de dezembro de 2009 (R\$1.146.224 em 31 de dezembro de 2008). Em reunião de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2009, foi ratificada a conversão dos créditos de mútuo detidos pela controladora com a VRG até 30 de setembro de 2009, no montante de R\$813.852, em adiantamento para futuro aumento de capital e integralizado no capital social da VRG, de acordo com reunião de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2009.

Recompra de títulos emitidos por Controlada

Em 31 de dezembro de 2009, a controlada VRG mantinha em suas aplicações financeiras bônus sênior e bônus perpétuos, recomprados da controlada Gol Finance desde 30 de junho de 2008, com valores de face correspondentes a R\$35.055 e R\$49.077, respectivamente. A recompra de títulos de dívida no mercado gerou um ganho líquido de R\$3.832 em 2008. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não houve novas recompras de títulos de dívida. Os montantes atualizados em 31 de dezembro de 2009 dos bônus sênior e bônus perpétuos correspondem à R\$36.565 e R\$26.118.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e benefícios	13.228	6.928
Encargos sociais	4.111	3.622
Remuneração baseada em ações	3.430	3.599
Total	<u>20.769</u>	<u>14.149</u>

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

Participação nos resultados

A Companhia mantém plano de participação nos resultados e planos de opção de compra de ações para seus colaboradores. O plano de participação nos resultados é vinculado aos resultados econômico-financeiros mensurados com base em indicadores de desempenho que pressupõem o cumprimento de metas de desempenho da Companhia, das unidades de negócios e individuais.

A VRG registrou uma provisão para participação nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$70.810, baseada no cumprimento de metas e desempenho conforme descrito acima.

12. Transações com partes relacionadas -- Continuação

Remuneração baseada em ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para todos os planos, as opções se tornam exercíveis à taxa de 1/5 ao ano e podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações				
	2005	2006	2007	2008	2009
Data da reunião do Conselho de Administração	9 de dezembro de 2004	2 de janeiro de 2006	31 de dezembro de 2006	20 de dezembro de 2007	4 de fevereiro de 2009
Total de opções concedidas	87.418	99.816	113.379	190.296	925.800
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46	10,52
Valor justo da opção na data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27	8,53
Volatilidade estimada do preço da ação	32,5%	39,9%	46,5%	41,0%	76,9%
Dividendo esperado	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	-
Taxa de retorno livre de risco	17,2%	18,0%	13,2%	11,2%	12,7%
Duração da opção (em anos)	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2009 está apresentada a seguir:

	<u>Opções de ações</u>	<u>Preço de exercício médio ponderado</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2007	241.857	50,67
Concedidas	190.296	45,46
Exercidas	(336)	36,35
Canceladas	(64.830)	50,27
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2008	366.987	48,05
Concedidas	925.800	10,52
Exercidas	(22.650)	10,37
Canceladas	(420.783)	10,80
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2009	849.354	26,59
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2008	151.436	46,23
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2009	303.774	37,31

12. Transações com partes relacionadas -- Continuação

Em reunião do Conselho de Administração do dia 2 de fevereiro de 2010, foi homologado o exercício de 22.650 opções de compras de ações durante o ano de 2009, que resultou em um aumento de capital correspondente a R\$234.

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, bem como o intervalo de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2009 estão resumidos a seguir:

Opções em Circulação				Opções exercíveis	
Intervalos dos preços de exercício	Opções em circulação em 12/2009	Maturidade média remanescente em anos	Preço de exercício médio ponderado	Opções exercíveis em 12/2009	Preço de exercício médio ponderado
33,06	60.810	5,00	33,06	60.810	33,06
47,30	69.194	6,00	47,30	55.123	47,30
65,85	76.253	7,00	65,85	45.752	65,85
45,46	157.947	8,00	45,46	63.179	45,46
10,52	485.150	9,00	10,52	78.910	10,52
10,52-65,85	849.354	9,10	26,59	303.774	37,31

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou uma despesa de remuneração baseadas em ações de R\$4.540 (R\$5.362 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008), registrada na demonstração do resultado como custo com pessoal.

Em 31 de dezembro de 2009, o total de 110.914 opções de compra de ações possuem efeito dilutivo totalizando um montante de R\$946, em virtude dessas opções de compra de ações terem seus preços de exercícios abaixo da cotação média de mercado (“*in-the-money*”).

13. Investimentos

	Controladora	
	2009	2008
VRG	2.647.552	699.923

Devido a adoção da Lei nº 11.638/07, o ágio no montante de R\$980.223 oriundo da aquisição da VRG em 09 de abril de 2007 foi reclassificado para o grupo do intangível. Em 30 de setembro de 2008 foi autorizada a reorganização societária, e a Gol Transportes Aéreos S.A. e a GTI S.A. foram incorporadas, passando o seu acervo patrimonial a integrar o patrimônio da VRG, que as sucederam em todos os bens, direitos e obrigações. O patrimônio líquido da Gol Transportes Aéreos S.A. e da GTI S.A. foram vertidos com base no valor contábil apresentado no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2008.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

13. Investimentos -- Continuação

Em decorrência da adoção da Lei nº 11.638/07, os investimentos em empresas controladas no exterior, GAC Inc. e Gol Finance, foram considerados na essência uma extensão da controladora GLAI.

Em reunião da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2009, a Companhia aprovou um aumento de capital de R\$813.852 na controlada VRG mediante a integralização de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) decorrente de conversão de créditos de mútuo detidos pela controladora GLAI. Adicionalmente, em 15 de dezembro de 2009, a Companhia efetuou AFAC de R\$403.000 mediante transferência de recursos para a controlada VRG que depende da ratificação pela Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada dentro do prazo previsto pela legislação vigente.

As movimentações do investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão demonstradas a seguir:

	Gol Transportes				Total de investimentos
	VRG	Aéreos S.A.	GAC Inc.	GTI S.A.	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	-	717.799	451.371	615.657	1.784.827
Resultado de equivalência patrimonial	(238.186)	120.967	-	(707.829)	(825.048)
Dividendos	-	(19.335)	-	-	(19.335)
Transferência para VRG do saldo do resultado de equivalência patrimonial devido a reestruturação societária	726.515	(817.523)	-	91.008	-
Resultados não-realizados de <i>hedge</i>	(40.580)	(1.908)	-	1.164	(41.324)
Ajustes da adoção inicial da Lei 11.638/07	252.174	-	(451.371)	-	(199.197)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	699.923	-	-	-	699.923
Resultado de equivalência patrimonial	693.318	-	-	-	693.318
Aumento de capital	813.852	-	-	-	813.852
Adiantamento para futuro aumento de capital	403.000	-	-	-	403.000
Resultados não-realizados de <i>hedge</i>	37.459	-	-	-	37.459
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.647.552	-	-	-	2.647.552

A controlada VRG não possui ações negociadas em bolsa. As informações relevantes sobre a VRG em 31 de dezembro de 2009 e 2008, estão sumariadas a seguir:

	Quantidade total de ações possuídas	Participação %	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Lucro líquido da controlada
2008	1.051.450.271	100%	1.077.340	676.098	(1.238.609)
2009	1.785.396.513	100%	1.891.191	2.647.552	693.318

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

Controladora

O saldo corresponde principalmente aos adiantamentos para aquisição de aeronaves, referentes aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 90 aeronaves 737-800 Next Generation (94 aeronaves em 31 de dezembro de 2008), no valor de R\$804.631 (R\$957.204 em 31 de dezembro de 2008), incluindo os juros e encargos capitalizados de R\$19.971 (R\$33.955 em 31 de dezembro de 2008). A Companhia tem previsão de receber estas aeronaves até fevereiro de 2016, conforme descrito na Nota nº 26.

Conforme descrito na Nota nº 16, em 31 de dezembro de 2009, os adiantamentos para aquisição de aeronaves no valor de R\$245.776 (R\$697.719 em 31 de dezembro de 2008), estão vinculados como garantia de contrato de empréstimo.

Consolidado

	2009			2008	
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Equipamentos de voo					
Imobilizado sob arrendamento financeiro	4 - 10%	1.873.911	(150.984)	1.722.927	1.308.562
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	651.695	(71.442)	580.253	552.738
Reconfigurações de aeronaves	4%	87.015	(78.930)	8.085	34.054
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	1.259	(577)	682	789
Ferramentas	10%	15.805	(3.661)	12.144	7.684
		<u>2.629.685</u>	<u>(305.594)</u>	<u>2.324.091</u>	1.903.827
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	6.816	(4.344)	2.472	2.997
Máquinas e equipamentos	10%	19.883	(5.652)	14.231	14.684
Móveis e utensílios	10%	15.671	(5.488)	10.183	10.647
Computadores e periféricos	20%	31.309	(17.623)	13.686	15.811
Equipamentos de comunicação	10%	2.262	(897)	1.365	1.350
Instalações	10%	4.407	(1.755)	2.652	3.071
Centro de manutenção Confins	7%	95.231	(8.567)	86.664	55.889
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	30.786	(7.521)	23.265	2.687
Obras em andamento	-	10.050	-	10.050	30.588
		<u>216.415</u>	<u>(51.847)</u>	<u>164.568</u>	137.724
		<u>2.846.100</u>	<u>(357.441)</u>	<u>2.488.659</u>	2.041.551
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	837.054	-	837.054	969.554
		<u>3.683.154</u>	<u>(357.441)</u>	<u>3.325.713</u>	3.011.105

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado -- Continuação

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	<u>Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)</u>	<u>Peças de reposição e rotáveis</u>	<u>Adiantamentos para aquisição de imobilizado (b)</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2007	874.441	609.021	695.538	132.227	2.311.227
Adições	523.001	178.433	511.308	54.934	1.267.676
Baixas	(6.815)	(84.669)	(237.292)	(13.921)	(342.697)
Depreciação e amortização	(82.065)	(107.520)	-	(35.516)	(225.101)
Em 31 de dezembro de 2008	<u>1.308.562</u>	<u>595.265</u>	<u>969.554</u>	<u>137.724</u>	<u>3.011.105</u>
Adições	525.787	53.090	420.894	44.832	1.044.603
Baixas	(43.299)	(75)	(553.394)	(340)	(597.108)
Depreciação e amortização	(68.123)	(47.116)	-	(17.648)	(132.887)
Em 31 de dezembro de 2009	<u>1.722.927</u>	<u>601.164</u>	<u>837.054</u>	<u>164.568</u>	<u>3.325.713</u>

- (a) Refere-se à aeronaves mantidas sob contratos de arrendamento financeiro no total líquido de depreciação de R\$1.720.010 e demais ativos no valor líquido de R\$2.917 em 31 de dezembro de 2009 (R\$1.301.146 e R\$7.416 em 31 de dezembro de 2008, respectivamente).
- (b) As baixas de adiantamentos para aquisição de imobilizado correspondem principalmente dos montantes devolvidos pela Boeing Co. no momento em que a aeronave é entregue para a Companhia. Esses recursos são utilizados para o pagamento do financiamento da respectiva aeronave conforme descrito na Nota nº 16, sob as denominações de *PDP I e II*.

A Companhia realizou teste de redução no valor recuperável dos seus ativos imobilizados e não identificou a necessidade de provisão, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

15. Intangível

	Consolidado		
	Vida útil definida	Vida útil indefinida	Saldo Líquido
	Software	Ágio	
Vida útil	5 anos	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	33.893	883.296	917.189
Adições	35.585	96.927	132.512
Baixas	(15.003)	-	(15.003)
Amortizações	(10.408)	-	(10.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.067	980.223	1.024.290
Adições	31.431	-	31.431
Amortizações	(9.966)	-	(9.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	65.532	980.223	1.045.755

O ágio total apurado na aquisição da VRG no valor de R\$980.223 está fundamentado na expectativa de lucros futuros, amparada em estudos técnicos elaborados por peritos independentes com base em premissas econômico-financeiras, e o critério de amortização definido foi amortizá-lo em proporção aos benefícios esperados no prazo de até 5 anos da data da aquisição da VRG, a partir do mês em que os benefícios econômicos passassem efetivamente a ser gerados mediante a reestruturação das operações. Entretanto, a partir de 2009, com a adoção da Lei nº 11.638/07, o ágio está somente sujeito a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável (“*impairment*”), conforme preconizado pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa consolidada. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa e futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos intangíveis é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Uso do modelo de fluxo de caixa descontado para avaliação do valor em uso;
- Taxa de desconto derivada da taxa média ponderada de custo do capital da Companhia, ajustada para riscos específicos do mercado;

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

15. Intangível -- Continuação

- Taxa de crescimento de longo prazo que reflete o consenso do mercado para o negócio da Companhia;
- Fluxo de *royalties* que pode ser obtida no licenciamento de um ativo intangível para um terceiro em uma transação entre partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2009, o teste de recuperação do ágio e dos ativos intangíveis não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

16. Empréstimos e financiamentos

Circulante:	Vencimento	Taxa de juros média efetiva		Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008	2009	2008
Moeda nacional:							
Capital de giro	Mar/2010	10,89%	15,00%	-	-	160.000	50.000
Empréstimo BNDES	Jul/2012	8,90%	8,90%	-	-	14.352	14.181
Empréstimo BDMG	Jan/2014	8,88%	12,79%	-	-	2.800	2.567
Juros	-	-	-	-	-	3.309	1.686
				-	-	180.461	68.434
Moeda estrangeira (em dólares norte americanos):							
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves (PDP I)	Fev/2010	1,99%	3,51%	111.585	697.719	111.585	697.719
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves (PDP II)	Dez/2010	2,68%	-	131.836	-	131.836	-
Empréstimo IFC	Jul/2013	4,72%	5,50%	-	-	14.510	19.475
Juros	-	-	-	16.570	21.401	16.624	23.876
				259.991	719.120	274.555	741.070
				259.991	719.120	455.016	809.504
Não circulante:							
Moeda nacional:							
Empréstimo BNDES	Jul/2012	8,90%	8,90%	-	-	22.725	36.633
Empréstimo BDMG	Jan/2014	8,88%	12,79%	-	-	10.056	12.593
Debêntures	Nov/2014	11,03%	-	-	-	374.045	-
				-	-	406.826	49.226
Moeda estrangeira (em dólares norte americanos)							
Empréstimo IFC	Jul/2013	4,72%	5,50%	-	-	43.530	77.900
Bônus sênior	Abr/2017	7,50%	7,50%	387.111	516.685	360.993	481.630
Bônus perpétuos	-	8,75%	8,75%	346.644	463.545	310.079	414.468
				733.755	980.230	714.602	973.998
				733.755	980.230	1.121.428	1.023.224
				993.746	1.699.350	1.576.444	1.832.728

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando o período de 12 meses de 1º de janeiro à 31 de dezembro de cada ano são como segue:

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>Após 2014</u>	<u>Total</u>
<u>Moeda nacional:</u>						
Empréstimo BDMG	3.094	3.094	3.094	774	-	10.056
Empréstimo BNDES	14.352	8.373	-	-	-	22.725
Debêntures	<u>93.492</u>	<u>93.492</u>	<u>93.492</u>	<u>93.569</u>	-	374.045
	110.938	104.959	96.586	94.343	-	406.826
<u>Moeda estrangeira</u> (em dólares norte americanos):						
Empréstimo IFC	14.510	14.510	14.510	-	-	43.530
Bônus sênior	-	-	-	-	360.993	360.993
Bônus perpétuos	-	-	-	-	310.079	310.079
Total	<u>125.448</u>	<u>119.469</u>	<u>111.096</u>	<u>94.343</u>	<u>671.072</u>	<u>1.121.428</u>

Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía R\$160.000 (R\$50.000 em 31 de dezembro de 2008) em linhas de capital de giro com três instituições financeiras. A taxa média ponderada anual de juros para estes empréstimos contraídos em moeda nacional em 31 de dezembro de 2009 foi de 10,89% (15,00% em 31 de dezembro de 2008). Os empréstimos apresentam como garantia o aval da Companhia e determinadas contas a receber de agências de viagem, conforme aplicável.

Em 5 de outubro de 2009, a Companhia obteve um prolongamento da linha de capital de giro com valor de R\$50.000 pelo prazo de três meses.

Empréstimo BNDES

Em maio de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida no valor de R\$75.700 junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A linha direta de crédito foi utilizada no financiamento de parte significativa da ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais, para a aquisição de equipamentos e materiais nacionais. O empréstimo BNDES tem um prazo de cinco anos com juros calculados com base na TJLP acrescida de 2,65% a.a. e tem garantia de contas a receber das administradoras de agências de viagem no valor de R\$16.000. O principal é amortizado em pagamentos mensais de R\$1.196 no período de 12 meses.

16. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

Empréstimo BDMG

Em julho de 2007, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida no valor de R\$14.000 (US\$7.613) junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que está sendo utilizado para o financiamento parcial dos investimentos e das despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais. O empréstimo tem um prazo de cinco anos com juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6% a.a. O empréstimo é amortizado em pagamentos mensais de R\$233 no período de 18 meses.

Empréstimo IFC

Em junho de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida junto ao International Finance Corporation (IFC) no valor de R\$108.000 (US\$50.000). O financiamento está sendo utilizado para aquisição de peças de reposição e para capital de giro. O financiamento tem prazo de seis anos com juros calculados com base na LIBOR acrescida de 1,875% a.a. e tem garantia de penhor de peças e equipamentos equivalente a 1,3 vezes o saldo em aberto. O principal é amortizado em pagamentos semestrais de R\$7.256 (US\$4.167) no período de 6 meses. Em julho de 2009, a Companhia renegociou o contrato da dívida modificando a taxa de juros de LIBOR mais 1,875% a.a. para LIBOR mais 3,75% a.a..

Debêntures

Em 13 de maio de 2009, a Companhia, aprovou a terceira emissão pública de 400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, emitidas pela VRG, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$400.000, visando o reforço de seu capital de giro da Companhia. O prazo de vencimento das debêntures é de dois anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada em 18 pagamentos mensais e consecutivos, com seis meses de carência, a partir do sétimo mês da data de emissão, com vencimento da última parcela em 13 de maio de 2011. As debêntures são remuneradas a 126,50% do CDI e apresentam como garantia determinadas contas a receber das operadoras de cartão de crédito no valor de até R\$250.000.

Esta emissão está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial por parte de sua emissora a qualquer momento e a seu critério. O pagamento de prêmio de resgate antecipado permanece sendo de 1% para o primeiro ano contado da data da emissão e de 0,5% para os anos restantes até o vencimento.

16. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

Debêntures -- Continuação

Em 30 de dezembro de 2009 foi realizada uma Assembléia Geral de Debenturistas que deliberou o aditamento da terceira emissão pública de debêntures alterando prazo de término para 5 anos e 6 meses contados a partir da data de sua emissão. A amortização das debêntures passou a ser realizada em 9 parcelas, sendo a primeira em 13 de dezembro de 2009, e as 8 remanescentes pagas semestralmente com início em 13 de junho de 2011. Excepcionalmente, o pagamento da última parcela será efetuado em 13 de novembro de 2014. A Assembléia deliberou também a redução para zero das garantias referentes a contas a receber das operadoras de cartão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de juros a pagar registrado no balanço é de R\$1.886.

As despesas com sua emissão totalizaram R\$6.616 e estão sendo classificadas como conta redutora da dívida, amortizada pelo prazo de vencimento. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo remanescente é de R\$4.687.

Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves

Em 15 de outubro de 2007, a SKY contratou um financiamento denominado em dólares norte-americanos junto a oito bancos internacionais liderado por Calyon e Citibank no valor de R\$560.418 (US\$310 milhões) cujos recursos estão sendo utilizados para pagamento dos adiantamentos para aquisição de 21 aeronaves Boeing 737 Next Generation com entrega prevista até 2010. Em 15 de outubro de 2007, houve desembolso de US\$151 milhões para pagamento de obrigações junto à Boeing estando o restante disponível para o uso nas datas dos desembolsos programados futuros.

O financiamento tem prazo de vencimento em fevereiro de 2010 atualmente com juros LIBOR acrescida de 1,0% a.a.. As garantias dadas às instituições financeiras acima é o direito de compra das 21 aeronaves objeto do financiamento.

Em 16 de dezembro de 2009, a controlada SKY II contratou financiamento junto à Natixis Transport Finance no valor de R\$185.691 (US\$106 milhões) cujos recursos estão sendo utilizados no pagamento dos adiantamentos para aquisição de 7 aeronaves Boeing 737 Next Generation com prazo de entrega até dezembro de 2010.

O financiamento denominado em dólares norte-americanos tem prazo de vencimento em dezembro de 2010 com juros LIBOR acrescido de spread bancário de 2,45% a.a. O empréstimo tem por garantia o direito de compra das 7 aeronaves.

Em 31 de dezembro de 2009, os custos com a captação do recurso totalizaram R\$2.355 (US\$1.353) e são registrados em conta redutora da dívida e amortizados de acordo com o prazo de vencimento do contrato.

16. Empréstimos e financiamentos -- ContinuaçãoBônus Sênior e Perpétuos

Em março de 2007, a Companhia, por meio de sua controlada Finance, emitiu bônus sênior no valor de R\$463.545 (US\$225.000) com garantia fidejussória da Companhia e VRG. Os bônus sênior têm vencimento em 2017, com juros de 7,50% a.a.. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar os pré-pagamentos para aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia do U.S. Exim Bank.

Em 5 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em dólares norte-americanos no valor nominal de US\$200 milhões correspondentes a R\$426.880 na data da captação com garantia fidejussória da Companhia e da VRG. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão, com juros de 8,75% a.a..

Em 31 de dezembro de 2009, a controlada VRG mantém em suas aplicações financeiras bônus sênior e bônus perpétuos, recomprados da controlada Finance desde 30 de junho de 2008, com valores de face correspondentes a R\$36.565 e R\$26.118, respectivamente, conforme descrito na Nota nº 12.

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2009, refletindo o reajuste frequente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço são conforme segue:

	Consolidado	
	Contábil	Mercado
Bônus sênior	360.993	339.142
Bônus perpétuos	310.079	253.096

Condições contratuais restritivas

A Companhia mantém contratos que exigem o cumprimento de índices financeiro e performance com base nas demonstrações financeiras consolidadas, tais como: (i) Dívida Líquida/EBITDAR, (2) Ativo Circulante/Passivo Circulante, (3) EBITDA/Serviço da Dívida, (4) Dívida de Curto Prazo/EBITDA, (5) Liquidez Corrente e (6) Índice de Cobertura de Dívida (ICD). Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não atingiu o parâmetro mínimo estabelecido junto ao BNDES e apresentou fiança bancária como cumprimento de suas obrigações no âmbito do contrato. Em relação a dívida com IFC, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia alcançou os índices mínimos exigidos.

16. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

Condições contratuais restritivas -- Continuação

Com relação a emissão das Debêntures, está previsto na escritura a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. Este índice é calculado através da relação entre a geração de caixa e o serviço da dívida da Companhia (total de principal amortizado mais juros pagos) do exercício social em referência. A VRG deverá obter um índice equivalente a no mínimo 100% (cem por cento) no ano 2009 e 130% (cento e trinta por cento) no ano 2010, verificado ao final de cada exercício. Adicionalmente, a VRG também deve manter o seu Índice de Alavancagem Financeira dentro do parâmetro estabelecido de até 7 (sete) vezes. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia alcançou ambos os parâmetros mínimos requeridos para as debêntures.

17. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de transportes a executar de R\$561.347 (R\$572.573 em 31 de dezembro de 2008) é representado por 2.228.703 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 96 dias (80 dias em 31 de dezembro de 2008).

18. Programa de milhagem

A movimentação do saldo das obrigações do programa de milhagem, considerando a quantidade de milhas acumuladas, está demonstrada a seguir:

<u>Passivo circulante:</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	18.399
Milhas concedidas e acumuladas	<u>167.485</u>
Milhas resgatadas e utilizadas ou expiradas	<u>(173.502)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>12.382</u>

A premiação consiste na utilização de milhas para troca por bilhetes ou benefícios e privilégios como mudança de classe nos vôos, bônus sobre as milhas voadas, central de atendimento exclusiva, atendimento diferenciado no *check-in*, maior franquia de bagagem e acesso a salas VIP em aeroportos, conforme o regulamento do programa. As milhas auferidas pelos participantes têm validade de três anos, a contar do mês da sua emissão, enquanto os bilhetes emitidos com utilização de milhas são válidos por um ano.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

19. Adiantamento de clientes

Em 30 de junho de 2009, a Companhia por meio de sua subsidiária VRG concluiu uma parceria com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. por meio de um Acordo Operacional para emissão e administração de cartões de crédito no formato “*co-branded*”. Como parte do acordo, a Companhia recebeu, inicialmente, o montante de R\$252.686 relativos à compra de milhas do programa de milhagem, direito de acesso e de utilização do cadastro de clientes do programa. Até 31 de dezembro de 2009 a Companhia recebeu a título de adiantamento de compra de milhas do programa SMILES, o montante de R\$171.116 das duas instituições financeiras descritas acima. A Companhia tem expectativas de receber o valor integral no prazo de 5 anos a contar da data do acordo, mais a remuneração condicionada ao direito de acesso e de utilização do cartão de seus clientes pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no ativo circulante referente a este acordo é correspondente a R\$72.010 e no ativo não-circulante de R\$64.087.

Em 13 de novembro de 2009 a Companhia por meio de sua subsidiária VRG, firmou acordo com Banco Santander (Brasil) S/A, pelo prazo de 13 meses no valor de R\$34.500, para aquisição de milhas Smiles, sem caráter de exclusividade, para utilizar nos seus programas de recompensas. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no ativo circulante, referente a este acordo é correspondente a R\$32.823.

Em 27 de julho de 2009 a Companhia por meio de sua subsidiária VRG, firmou um acordo comercial com a Operadora e Agência de Viagens CVC Tur Ltda. (“CVC”), pelo prazo de 6 meses no valor de R\$50.000, para habilitação de venda aos seus clientes de passagens aéreas de vôos operados pela VRG. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no ativo circulante, referente a este acordo é correspondente a R\$21.226.

20. Obrigações Fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
PIS e COFINS	-	-	63.971	50.756
REFIS	10.257	-	38.166	-
IOF	13.307	-	13.415	-
IRRF sobre salários	-	-	8.855	4.166
CIDE	101	-	4.593	-
ICMS	-	-	2.121	8.421
Imposto sobre Importação	-	-	2.455	2.383
Outros	66	2.241	12.343	14.934
	<u>23.731</u>	<u>2.241</u>	<u>145.919</u>	<u>80.660</u>
Circulante	14.048	2.241	57.277	39.605
Não-circulante	9.683	-	88.642	41.055

20. Obrigações Fiscais -- Continuação

PIS e COFINS

Com o início da sistemática da não-cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), a controlada VRG passou a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a aplicação da alíquota para cálculo destas contribuições. A provisão registrada no balanço em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$63.971 (R\$50.796 em 31 de dezembro de 2008) inclui a parcela não recolhida, atualizada monetariamente pela taxa SELIC. Existem depósitos judiciais no montante de R\$49.518 (R\$38.358 em 31 de dezembro de 2008) para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS)

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e sua controlada VRG protocolaram sua adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS), conforme previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, incluindo todos os seus débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimentos até 30 de novembro de 2008.

A Administração optou pelo pagamento dos débitos no montante de R\$11.610 para a GLAI e 35.012 para a VRG em 180 parcelas. Essa modalidade de pagamento oferece reduções de 60% (sessenta por cento) dos valores relativos a multa de ofício e de mora, 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e 20% (vinte por cento) de multas isoladas, reduzindo o valor do débito para R\$10.257 e R\$27.909 para a GLAI e VRG, respectivamente. O efeito no resultado do exercício destes descontos totaliza R\$1.353 para a GLAI e R\$7.103 para a VRG registrado na rubrica “Outras despesas operacionais” no resultado do exercício.

A homologação dos débitos está prevista para o mês de março de 2010, e quando de tal homologação a Companhia e sua controlada VRG utilizarão parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para liquidação dos valores relativos a juros e multas no montante de R\$1.645 e R\$9.032 para a GLAI e VRG, respectivamente.

21. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, na totalidade de 17.446 conforme a seguinte distribuição: (i) 12.425 processos cíveis, sendo 1.257 procedimentos administrativos e (ii) 5.021 processos trabalhistas, sendo 97 procedimentos administrativos..

Decorrem do curso normal das operações da Companhia, respectivamente: 11.590 processos cíveis e 1.089 processos trabalhistas. O saldo diferencial decorre do pedido de reconhecimento da sucessão por obrigações da antiga Varig S.A..

As provisões são constituídas para as perdas prováveis e são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas para causas cíveis e trabalhistas, com base na melhor estimativa corrente.

As obrigações estimadas relativas aos processos cíveis, trabalhistas e fiscais estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	(-) Depósitos Judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	9.942	22.133	(11.692)	20.383
Adições	10.955	29.293	(8.102)	32.146
Saldo em 31 de dezembro de 2008	20.897	51.426	(19.794)	52.529
Adições	14.130	(1.130)	(6.991)	6.009
Baixas	(212)	(14.772)	-	(14.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	34.815	35.524	(26.785)	43.554

A Companhia e sua controlada VRG discutem diversas ações de natureza cível tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral relacionadas a: atrasos de vôos, cancelamentos de vôos, extravios de bagagens e danos a bagagens. Em 31 de dezembro de 2009, os depósitos judiciais relativos as provisões para contingências cíveis correspondem a R\$1.640 (R\$1.605 em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia também é parte em diversas ações de natureza trabalhista que consistem principalmente de discussões envolvendo: horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Em 31 de dezembro de 2009, os depósitos judiciais relativos as provisões para contingências trabalhistas correspondem a R\$25.145 (R\$18.189 em 31 de dezembro de 2008).

21. Provisão para contingências -- Continuação

Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2009, de R\$54.823 para as ações cíveis e R\$1.731 para as ações trabalhistas (R\$47.425 e R\$1.731 em 31 de dezembro de 2008, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

A Companhia é parte em 4 ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas da antiga Varig S.A. Até 31 de dezembro de 2009 não há nenhum indício quanto às chances de êxito das demandas, visto não ter iniciado os respectivos desdobramentos processuais. Não houve nenhum desdobramento relevante referente à primeira audiência realizada em dezembro 2009, tendo sido designada nova data para abril de 2010. O valor envolvido nas discussões, não provisionado, é de aproximadamente R\$5.332 (correspondendo a €2.1 milhões).

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A Administração entende que a ausência da caracterização da circulação de mercadoria, não originando, portanto, o fato gerador do ICMS.

O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$210.164 em 31 de dezembro de 2009 (R\$201.760 em 31 de dezembro de 2008) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparada em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas.

Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

22. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Seguros a pagar (a)	-	674	42.632	54.422
Custo de devolução (b)	-	-	19.792	102.615
Provisão para contratos onerosos (c)	-	-	10.330	8.250
	-	674	72.754	165.287
Circulante	-	674	66.259	165.287
Não-circulante	-	-	6.495	-

- (a) Incluem provisões relacionadas ao acidente da aeronave da Gol do voo 1907 em 29 de setembro de 2006 e saldos a pagar de seguros de aeronaves. A Administração mantém cobertura de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento, com base nos dispositivos exigidos da Lei nº. 10.744/03 conforme descrito na Nota nº. 29.

A Companhia mantém seguros para cobertura de exigibilidades decorrentes do sinistro. O pagamento do casco ao arrendador foi efetuado diretamente pela seguradora. A Administração não espera que quaisquer passivos advindos do acidente com o voo 1907 tenham efeito adverso material sobre a posição financeira ou resultados das suas operações.

- (b) O custo de devoluções inclui provisões para os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional.
- (c) Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia registrou uma provisão de R\$10.330 sendo R\$3.835 classificada no passivo circulante e R\$6.495 no passivo não-circulante (R\$8.250 em 31 de dezembro de 2008 classificada no passivo circulante) referente as perdas com contratos de arrendamentos mercantis operacionais de duas aeronaves modelo Boeing 767-300 que se encontram fora de operação e estão mantidas sob arrendamento operacional. A provisão corresponde ao valor líquido entre o valor presente das parcelas dos respectivos arrendamentos e a receita esperada pela utilização dessas aeronaves na operação ou por meio de sub arrendamentos, quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados pela Companhia. O prazo desses contratos de arrendamento varia de 2 e 4 anos.

23. Patrimônio líquidoa) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social está representado por 265.279.538 ações, sendo 133.199.658 ações ordinárias e 132.079.880 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações ASAS é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias do Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária é como segue:

	2009			2008		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo ASAS	100,00%	26,96%	63,64%	100,00%	42,60%	73,13%
Outros	-	1,57%	0,78%	-	3,84%	1,80%
Ações em tesouraria	-	0,34%	0,17%	-	1,66%	0,78%
Mercado	-	71,13%	35,41%	-	51,90%	24,29%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$4 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações preferenciais, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. É vedada a emissão de partes beneficiárias nos termos do estatuto social da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto quanto à ocorrência de fatos específicos estabelecidos em lei. Essas ações têm como preferência: prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. Adicionalmente, as Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas – Nível 2 da BM&FBOVESPA, providenciam a concessão de direitos de voto a detentores de ações preferenciais em matérias ligadas a reestruturações corporativas, fusões e transações com partes relacionadas.

Em 20 de março de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social em R\$203.531, mediante a emissão de 26.093.722 ações, sendo 6.606.366 ordinárias e 19.487.356 preferenciais. O preço de emissão das ações ordinárias e preferenciais foi fixado em R\$7,80 por ação, com base na cotação das ações preferenciais na BM&FBOVESPA na data de 20 de março de 2009, apurada após o encerramento das negociações, nos termos do artigo 170, § 1º, III da Lei nº 6.404/76.

23. Patrimônio líquido -- Continuação

a) Capital social -- Continuação

Em 2 de junho de 2009, o Conselho de Administração autorizou a subscrição das ações , em sua totalidade, e um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$203.531. As ações que foram emitidas são idênticas às ações já existentes e farão jus aos mesmos direitos conferidos às demais ações da mesma espécie, incluindo o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Em 8 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social em R\$627.083, referente a distribuição pública primária, mediante a emissão de 38.005.000 ações sendo 19.002.500 ordinárias e 19.002.500 preferenciais todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, sendo as ações preferenciais com direito de voto restrito a determinadas matérias. O preço de emissão das ações ordinárias e preferenciais foi fixado em R\$16,50 por ação, aferido com a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*). Os custos desta transação totalizaram R\$19.194, líquido de impostos, e foram contabilizados na rubrica de Custo de emissão de ações no Patrimônio Líquido.

A cotação das ações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em 31 de dezembro de 2009, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondeu a R\$26,08 e US\$15,35 na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2009 é de R\$10,71 (R\$6,45 em 31 de dezembro de 2008).

b) Reserva de lucros

i. Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após realização de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2009, a reserva legal foi constituída no montante de R\$39.123.

ii. Reinvestimentos

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que destina a aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

O saldo de 31 de dezembro de 2008, da reserva de lucros para reinvestimento no valor de R\$837.700 foi revertida na sua totalidade, contra lucros acumulados para fazer face ao cumprimento do artigo 189 da Lei 6.404/76.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho de Administração aprovou uma Política de Dividendos para o exercício de 2009 com base na qual, sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social da Companhia, aprova a distribuição de dividendos no valor total de R\$185.839, ou R\$0,70 por ação ordinária e preferencial da Companhia de acordo com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Para cálculo do lucro base de acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, serão deduzidos do resultado do exercício, eventuais prejuízos acumulados.

O lucro base para fins de determinação do dividendo por ação e os dividendos propostos foram calculados como segue:

	2009
Prejuízos acumulados de exercícios anteriores	(994.565)
(+) Realização da reserva de reinvestimento	837.700
(+) Realização da reserva legal	80.865
Prejuízos acumulados após a compensação das reservas	(76.000)
Lucro líquido do exercício	858.466
Lucro líquido do exercício após a compensação de prejuízos acumulados	782.466
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(39.123)
Lucro base para determinação do dividendo mínimo obrigatório	743.343
Dividendos propostos (25%)	185.839
Dividendo por ação	0,70

A proposta da Administração para distribuição de dividendos relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, e está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à ratificação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada dentro do prazo estabelecido pela legislação societária vigente.

23. Patrimônio líquido -- Continuação

d) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2008, foi aprovado programa de recompra de ações preferenciais com o objetivo de geração de valor aos acionistas para manutenção em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. A Companhia adquiriu em exercícios anteriores 1.574.200 ações preferenciais de sua própria emissão com recursos oriundos das reservas de lucros, ao custo médio de R\$26,16, registradas no patrimônio líquido na rubrica Ações em Tesouraria. Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 10/80, o prazo máximo para a realização da operação foi de 365 dias a partir de 28 de janeiro de 2008. O custo mínimo foi de R\$19,98 e o custo máximo foi de R\$30,28, totalizando R\$41.180.

Em 9 de dezembro de 2009, foi realizada a reunião do Conselho de Administração realizada no qual foi aprovado o cancelamento de 1.119.775 ações preferenciais mantidas em tesouraria, pelo montante de R\$29.293 registrada contra a conta de reserva. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui 454.425 ações em tesouraria, totalizando R\$11.887, com valor de mercado de R\$11.851 (R\$41.180 em ações com valor de mercado de R\$15.600 em 31 de dezembro de 2008).

e) Remuneração diferida

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou uma despesa com remuneração baseada em ações no montante de R\$4.540 (R\$5.362 em 31 de dezembro de 2008), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo com pessoal, conforme descrito na Nota nº 12.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A marcação a valor justo das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários, até o vencimento dos contratos. O saldo em 31 de dezembro de 2009 corresponde a um ganho de R\$818 (uma perda de R\$16.373 em 31 de dezembro de 2008), conforme composição abaixo:

	Disponíveis para venda	Hedge de fluxo de caixa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(2.002)	(14.371)	(16.373)
Controladora:			
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.873)	(18.395)	(20.268)
Controlada:			
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	31.449	31.449
Avaliação do disponível para venda (via equivalência patrimonial)	6.010	-	6.010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.135	(1.317)	818

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

24. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Consolidado					2008	
	2009					Total	%
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	%	Total	%
Com pessoal	880.226	72.659	148.068	1.100.953	19,5	983.783	15,1
Combustíveis e lubrificantes	1.813.104	-	-	1.813.104	32,2	2.630.835	40,5
Arrendamento de aeronaves	650.683	-	-	650.683	11,9	645.089	9,9
Comerciais e publicidade	-	364.551	-	364.551	6,3	588.735	9,1
Prestação de serviços	198.482	23.896	159.343	381.721	6,8	422.177	6,5
Material de manutenção e reparo	417.212	-	-	417.212	7,4	388.030	6,0
Tarifas de pouso e decolagem	312.637	-	-	312.637	5,5	338.370	5,2
Depreciação e amortização	106.206	-	36.647	142.853	2,5	138.283	2,1
Outras	319.062	13.686	108.266	441.014	7,9	359.540	5,5
	4.697.612	474.792	452.324	5.624.728	100,0	6.494.842	100,0

Em 31 de dezembro de 2009, as despesas com combustíveis incluem perda de R\$8.045 (ganho de R\$32.928 em 31 de dezembro de 2008), decorrentes de resultados nas transações com instrumentos derivativos representados por resultados de contratos de *hedge* de combustíveis expirados e mensurados como efetivos para proteger os custos das flutuações do preço dos combustíveis, conforme descrito na Nota nº 27.

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(78.517)	(92.856)	(275.466)	(269.278)
Variações cambiais de passivos	(130.294)	(441.566)	(519.111)	(1.366.459)
Perdas com fundos de investimentos	(39)	(15)	(1.299)	(15.939)
Perdas com instrumentos financeiros	-	(46.801)	(199.387)	(159.335)
Variações monetárias de passivos	-	-	-	(6.016)
IOF - IOC	(19.683)	(2.143)	(30.615)	(9.108)
Outros	(21.740)	(16.680)	(50.180)	(32.603)
	(250.273)	(600.061)	(1.076.058)	(1.858.738)
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	6.549	15.131	40.940	65.605
Variações cambiais de ativos	375.447	174.743	1.227.351	599.592
Ganhos com instrumentos financeiros	32.753	15.745	119.055	12.744
Juros sobre capital próprio	-	33.647	-	-
Variações monetárias de ativos	2.373	2.602	3.603	15.357
Outros	6.860	28.565	27.953	59.046
	423.982	270.433	1.418.902	752.344
Resultado financeiro líquido	173.709	(329.628)	342.844	(1.106.394)

26. Compromissos

A Companhia possui contrato com a Boeing para aquisição de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2009 existem 90 pedidos firmes e 40 opções de compra concedidas em caráter não oneroso. Em até um ano, serão feitos adiantamentos para 14 aeronaves, que possuem previsão de entrega até fevereiro de 2012 e as demais com prazo superior a 18 meses. Estes adiantamentos estão sendo financiados pelos empréstimos PDP I e PDP II, com prazos de vencimento em fevereiro de 2010 e dezembro de 2010, respectivamente, conforme descrito na Nota nº 16. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$10.990.377 (correspondendo a US\$6,3 bilhões). Os compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Ex-Im Bank dos Estados Unidos (“Exim”), corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento ao fornecedor.

Apresentamos a seguir um resumo dos pagamentos relativos aos compromissos com aquisições de aeronaves para os próximos anos:

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>Após 2014</u>	<u>Total</u>
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	159.536	200.228	406.147	429.396	222.477	156.875	1.574.659
Compromissos de compra de aeronaves	<u>1.091.624</u>	<u>966.897</u>	<u>417.312</u>	<u>2.273.215</u>	<u>3.352.360</u>	<u>2.888.969</u>	<u>10.990.377</u>
Total	<u>1.251.160</u>	<u>1.167.125</u>	<u>823.459</u>	<u>2.702.611</u>	<u>3.574.837</u>	<u>3.045.844</u>	<u>12.565.036</u>

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2009, a frota total era composta de 127 aeronaves, dentre as quais 94 eram arrendamentos mercantis operacionais e 33 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 27 aeronaves financeiras que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia recebeu 9 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil financeiro e houve devolução de 6 aeronaves 737-300. Em 31 de dezembro de 2009, existem 7 aeronaves 737-300 estão em processo de devolução.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

26. Compromissos -- Continuação

a) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro estão denominados em U.S dólares e em 31 de dezembro de 2009 estão detalhados a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2009	-	222.222
2010	207.877	221.904
2011	206.823	220.906
2012	204.907	219.188
2013	204.053	219.188
2014	204.053	215.348
Após 2014	975.870	770.526
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.003.583	2.089.282
Menos total de juros	(446.165)	(502.121)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	1.557.418	1.587.161
Menos parcela de curto prazo	(136.679)	(157.948)
Parcela de longo prazo	1.420.739	1.429.213

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,64% em 31 de dezembro de 2009 (7,92 % em 31 de dezembro de 2008). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de Mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves arrendadas para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento de amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2009 o valor dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento é de R\$24.617 (R\$13.556 em 31 de dezembro de 2008).

b) Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda aeronaves, terminais dos aeroportos, outras instalações aeroportuárias, escritórios e outros equipamentos na modalidade de arrendamento mercantil operacional com prazos entre 2010 e 2021.

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional não canceláveis estão denominados em U.S dólares e em 31 de dezembro de 2009 essas obrigações estão demonstradas como segue:

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

26. Compromissos - Continuação

b) Arrendamentos mercantis operacionais -- Continuação

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2009	-	673.520
2010	515.936	592.014
2011	489.655	574.701
2012	466.315	532.256
2013	402.497	449.289
2014	245.792	247.954
Após 2014	378.376	215.452
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	<u>2.498.571</u>	<u>3.285.186</u>

c) Transações com *sale-leaseback*

Durante o exercício de 2006, a Companhia apurou ganhos com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC de oito aeronaves 737-800 Next Generation no valor líquido de R\$58.347. Esse ganho está sendo diferido proporcionalmente aos pagamentos mensais dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais pelo prazo contratual de 124 meses. Em 31 de dezembro de 2009, os saldos registrados na rubrica de outras obrigações do passivo circulante e não circulante correspondem a R\$7.172 e R\$29.653, respectivamente (R\$7.172 e R\$36.825 em 31 de dezembro de 2008). Durante os exercícios de 2009 e 2008, o total de ganhos reconhecidos no resultado foram de R\$7.172

Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves no montante de R\$86.715. Estas perdas estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Em 31 de dezembro, os saldos registrados na rubrica de despesa antecipada no ativo circulante e não circulante correspondem a R\$9.373 e R\$63.574, respectivamente (R\$7.810 e R\$58.793 em 31 de dezembro de 2008). Durante o exercício de 2009, o total de perdas reconhecidas no resultado foi de R\$9.373 (R\$6.371 durante o exercício de 2008)

Ainda em 2009, a Companhia registrou no resultado do exercício, um ganho de R\$12.638, relativo a transações de *sale-leaseback*, estabelecidas a valor justo de 2 aeronaves.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de mercado decorrentes de suas operações e considera como mais relevantes o risco de crédito e os riscos de mercado atrelados aos efeitos das mudanças de preço de combustível, da taxa de câmbio e da taxa de juros.

O objetivo do programa de gestão de risco da Companhia visa proteger contra aumento bruscos das despesas vinculadas a cotações de mercado que possam afetar a competitividade da Companhia em um determinado período. Estes riscos são gerenciados através da utilização de instrumentos financeiros para proteção disponíveis no mercado financeiro tais como: *swaps*, contratos futuros, opções de câmbios e de petróleo. As operações que envolvem *hedge de* combustível e de juros são contratadas por meio de bancos internacionais classificados com baixo risco (*ratings* em média A+ segundo agências Moody's e Fitch) e as operações que envolvem moeda estrangeira são negociadas na BM&F Bovespa. A utilização destes instrumentos é orientada pela Política de Gestão de Riscos formal sob a gestão dos diretores da Companhia, do Comitê de Políticas de Risco e do Conselho de Administração.

A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis e de taxa de câmbio possuem cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos no momento de sua liquidação, as quais estão apresentadas nas tabelas ao decorrer desta nota.

A Política de Gestão de Riscos da Companhia estabelece controles, limites, bem como outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para monitoramento contínuo das exposições, além de proibir explicitamente a realização de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados somente com finalidade de proteção ("*hedge*"). Adicionalmente, a Companhia não realiza operações com qualquer tipo de alavancagem.

Historicamente a Companhia não contrata a proteção para a totalidade de sua exposição, tanto para o consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros estando, portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A porção da exposição a ser protegida é revista trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas nos Comitês de Políticas de Risco e são acompanhadas periodicamente. Em 31 de dezembro de 2009, a proteção, que pode alcançar o índice de 100% conforme decisão do Comitê de Políticas de Risco está limitada a aproximadamente 27% e 18% do total da exposição dos próximos 12 meses, para os riscos de combustível e taxa de câmbio, respectivamente.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

O Comitê de Políticas de Risco recomenda para aprovação do Conselho de Administração programas de contratação de instrumentos financeiros derivativos que visa proteger a Companhia contra possíveis variações de preço de mercado relacionadas aos riscos de combustível, taxas cambiais e taxas de juros durante o prazo de 12 meses em bases contínuas, podendo se estender caso sejam atingidos os preços pré-determinados.

A Companhia adota para grande parcela de seus instrumentos financeiros derivativos a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) segundo os parâmetros descritos no CPC 14. Todos os instrumentos financeiros derivativos contratados com finalidade de proteção são formalmente identificados por meio de documentação no momento da aquisição para permitir que se enquadrem nos requisitos necessários a utilização do método de contabilização de *hedge*. A Companhia classifica os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção como “*hedge* de fluxo de caixa” e reconhece, segundo os critérios de contabilização de *hedge* descritos no CPC 14, as variações do valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos efetivos no patrimônio líquido até que o objeto do *hedge* atinja sua competência.

O CPC 14 exige também a comprovação da efetividade, de forma prospectiva e retrospectiva, dos instrumentos financeiros derivativos em conter a variação dos valores dos custos e despesas protegidas. A Companhia estima a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre a variação dos ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação das despesas do objeto protegido. Os resultados de *hedge* efetivos na contenção da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas reduzindo ou aumentando o custo operacional (com exceção dos resultados de *hedge* de juros), e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período. Os instrumentos são reconhecidos como inefetivos quando a variação no valor dos derivativos não fica entre 80% e 125% da variação do preço do objeto de proteção. Quando o objeto protegido é consumido e o respectivo instrumento financeiro derivativo é liquidado, os ganhos ou perdas não-realizados desses derivativos registrados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado. No caso dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de juros, os valores de ganhos ou perdas efetivos com a liquidação desses instrumentos são registrados em receita ou despesa financeira.

A Companhia contrata também instrumentos derivativos financeiros os quais não são designados para *hedge*, ou seja, não são utilizados os critérios de contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). Esses contratos são derivativos do tipo *swap-lock* de juros que são utilizados para proteger a exposição denominadas em taxa de juros *Libor* referente as operações de arrendamentos de aeronaves. Para esses instrumentos derivativos a variação do valor justo é reconhecida diretamente como receita ou despesa financeiras do exercício.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

O valor justo de mercado dos *swaps* é estimado com base nos métodos de fluxo de caixa descontado, e o valor justo de opções é estimado com base no modelo Black-Scholes (adaptado às opções de commodities no caso do petróleo).

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não-circulante ou segregados entre circulante e não-circulante conforme avaliação dos fatos e circunstâncias e se esta segregação puder ser feita de forma confiável. Esses instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Descrição	Conta no balanço	Saldos em 31 de dezembro de 2009
Valor a receber com liquidação	Outros créditos e valores	24.113
Valor a pagar com liquidação	Outras obrigações	(12.118)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa de moeda estrangeira	Aplicações financeiras	976
Depósitos de margem de <i>hedge</i> de taxa de câmbio	Caixas restrito	18.820
Varição do valor justo por <i>hedge accounting</i>	Ajuste de avaliação patrimonial	(1.317)

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) Risco do preço de combustíveis

O combustível representa uma parcela significativa dos custos das companhias aéreas sendo, conseqüentemente, um dos principais riscos de mercado desse setor. O preço de combustível de aeronave está atrelado a variação da cotação de petróleo no mercado. Devido essa exposição, a Companhia gerencia esse risco por meio de estratégias de contratação de instrumentos financeiros derivativos os quais visam proporcionar proteções contra súbitos e significantes aumentos no preço de petróleo assegurando, deste modo, a competitividade da Companhia.

O combustível de aviação consumido em 2009 e de 2008 representou 32,2% e 40,5%, respectivamente, dos custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas da Companhia.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

a) Risco do preço de combustíveis -- Continuação

Devido a baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação negociado em bolsa de mercadorias, a Companhia contrata derivativos de petróleo cru para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços do petróleo têm alta correlação com os preços de combustível de aviação, o que torna os derivativos de petróleo bruto eficazes na compensação das flutuações dos preços do combustível de aviação, de forma a fornecer proteção imediata. O objeto do *hedge* de combustível é a despesa operacional com combustível. Os contratos de derivativos para *hedge* de combustível são realizados em mercados de balcão (OTC) com as seguintes instituições financeiras: British Petroleum, Citibank, Deutsche Bank, Goldman Sachs, MF Global e Morgan Stanley.

Em 31 de dezembro de 2009 não existem ativos financeiros vinculados a margem de garantia na contratação de instrumentos derivativos de *hedge* de combustível.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de petróleo designados como *hedge* de combustível da Companhia estão sumariados a seguir (em milhares, exceto quando indicado):

Saldo final em:	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor justo ao final do exercício (R\$)	18.588	(102.387)
Prazo médio (meses)	5	6
Volume protegido para períodos futuros (mil barris)	1.878	2.046
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	-	(90.580)
No exercício encerrado em 31 de dezembro:	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em custos operacionais (R\$)	8.045	49.572
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	(122.737)	(73.388)
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(7.602)	(40.318)
Total de perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas como despesas financeiras (R\$)	(130.339)	(113.706)
Percentual atual da exposição protegida durante o exercício *	27%	56%

* Percentual calculado por meio da divisão do valor nocional do *hedge* contratado pelos custos de combustível

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

a) Risco do preço de combustíveis -- Continuação

A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos designados para *hedge* contratados pela Companhia para proteger as despesas futuras de combustível, a taxa média contratada dos derivativos e percentual da exposição protegida de combustível por período de competência em 31 de dezembro de 2009:

Fator de risco de mercado: Preço do combustível
Mercado de balcão

	<u>1T10</u>	<u>2T10</u>	<u>3T10</u>	<u>4T10</u>	<u>Total</u>
Percentual da exposição de combustível protegido	31%	32%	18%	7%	
Volume nominal em barris (mil)	1.076	1.068	626	235	3.005
Volume nominal em litros (mil)	171.062	169.791	99.521	37.360	477.734
Taxa contratada a futuro por barril (US\$) *	78,52	86,81	92,97	99,12	86,09
Total em Reais **	<u>147.110</u>	<u>161.432</u>	<u>101.336</u>	<u>40.558</u>	<u>450.449</u>

* Média ponderada entre os strikes de *calls*.

** A taxa de câmbio em 31/12/2009 era de R\$1,7412/ US\$1,00.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio refere-se a variação inesperada, de forma favorável ou desfavorável, das despesas e/ou receitas cujo valores estão atrelados as flutuações das moedas estrangeiras. A exposição da Companhia a moeda estrangeira é relacionada principalmente as atividades operacionais e de investimentos em subsidiárias estrangeiras. As receitas da Companhia são geradas em Reais, exceto por uma pequena parte em Pesos argentinos, Florim de Aruba, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios e Bolívares da Venezuela. Entretanto, a Companhia possui a uma parcela significativa de seu passivo exposta a variação da taxa cambial de dólares americanos, particularmente aquelas relacionadas aos arrendamentos de aeronave e instrumentos de captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves, sendo necessária a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar esse risco. As principais contas de despesa, que são objeto de *hedge* de taxa de câmbio, são despesas com: combustível, arrendamentos, manutenção, seguros e serviços internacionais de informática.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

b) Risco de taxa de câmbio -- Continuação

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de dólar americanos são realizados junto a BM&FBOVESPA utilizando fundos de investimento exclusivo como veículos para a contratação de cobertura de riscos conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor dos ativos financeiros vinculados a depósitos de margem é de R\$18.820 representado por CDB de bancos classificadas com baixo risco.

A exposição cambial (corrente e futura) da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2009	2008
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	139.287	281.286
Contas a receber de empresas de arrendamento	64.046	104.465
Depósitos em garantias de contratos de arrendamentos	247.562	111.326
Depósitos de manutenção de aeronaves	446.530	391.989
Despesas antecipadas de arrendamentos	35.453	45.596
Outros	66.823	53.533
Total do ativo	999.701	988.195
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	30.077	37.336
Empréstimos e financiamentos	989.157	1.715.068
Arrendamentos financeiros	1.557.418	1.587.161
Outros arrendamentos mercantis a pagar	38.708	15.863
Prêmios de seguro a pagar	38.150	54.422
Total do passivo	2.653.510	3.409.850
Exposição cambial líquida em R\$	1.653.809	2.421.655
Exposição cambial líquida em US\$	949.810	1.036.224
Obrigações futuras		
Obrigações futuras em US\$ decorrentes de contratos de arrendamento operacional	2.498.571	3.285.186
Obrigações futuras em US\$ decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	12.565.036	16.662.776
Total das obrigações futuras em R\$	15.063.607	19.947.962
Total das obrigações futuras em US\$	8.651.279	8.535.713
Total da exposição cambial (corrente e futuras) em R\$	16.717.416	22.369.617
Total da exposição cambial (corrente e futuras) em US\$	9.601.087	9.571.937

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

b) Risco de taxa de câmbio -- Continuação

A posição dos contratos derivativos de câmbio designados como *hedge* de dólar americano da Companhia (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Saldo final em:</u>			
Valor justo ao final do exercício (R\$)	141	982	9.416
Prazo remanescente mais longo (meses)	3	3	12
Volume protegido para períodos futuros (US\$)	-	95.000	139.750
Ganhos (Perdas) com efetividade do hedge reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	50	(294)	50.387
<u>No exercício encerrado em 31 de dezembro:</u>	<u>2009</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ganhos (perdas) com efetividade do hedge reconhecidos em custos e despesas operacionais (R\$)	-	(11.833)	55.149
Ganhos com inefetividade do hedge reconhecidos em receitas financeiras (R\$)	64	39.207	2.255
Perdas com inefetividade do hedge reconhecidos em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(219)	(1.171)	-
Total de ganhos (perdas) com inefetividade do hedge reconhecidos como receitas (despesas) financeiras (R\$)	(155)	38.036	2.255
Percentual atual da exposição protegida durante o exercício	0%	18%	52%

A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos designados para *hedge* contratados pela Companhia para proteger as despesas futuras denominadas em dólares norte americanos e a taxa média contratada do derivativo por período em 31 de dezembro de 2009:

Fator de risco de mercado: Taxa de câmbio de dólares americanos
Mercado de bolsa

	<u>1T10</u>
Valor nominal em dólar americano	95.000
Taxa contratada a futuro	1,8653
Total em Reais	<u>177.204</u>

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que a contraparte venha a não cumprir suas obrigações gerando uma perda financeira para a Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de crédito decorrentes de suas atividades operacionais, principalmente, contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos em bancos, ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, e instrumentos financeiros derivativos. O risco de crédito do contas a receber é minimizado por ser substancialmente representado por contas a receber das maiores operadoras de cartões de crédito. Os instrumentos financeiros derivativos são realizados com contrapartes que possuem altos *ratings* de acordo com avaliação feita pelas agências Moody's e Fitch (*rating* em média A+) ou os instrumentos são contratados na bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA). Ademais, a Companhia avalia os riscos das contrapartes e diversifica sua exposição. A Administração da Companhia acredita que o risco de não receber as quantias devidas por suas contrapartes nas operações de derivativos não é significativo.

d) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros internacionais devido o impacto de tais alterações nas despesas de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos *swap-lock* (termo de *swap*) de juros para se proteger das oscilações de taxas de juros dos contratos de arrendamento de aeronaves.

As operações de *hedge* de taxas de juros são realizadas por meio de contratos com instituições financeiras classificadas com baixo risco. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui contratos em aberto com as seguintes instituições financeiras: Calyon, Citibank e Merrill Lynch.

A Companhia não possui ativos financeiros vinculados a depósitos de margem para as operações de *hedge* de juros em 31 de dezembro de 2009.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

d) Risco de taxa de juros -- Continuação

A posição dos contratos derivativos de juros designados como *hedge* de juros Libor (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

Saldo final em:	2009	2008
Valor justo ao final do exercício (R\$)	(2.182)	(3.878)
Valor nominal ao final do exercício (US\$)	60.575	60.575
Valor nominal ao final do exercício (R\$)	105.474	141.564
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	(1.023)	(3.873)
No exercício encerrado em 31 de dezembro:	2009	2008
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	(2.482)	(211)
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	-	-
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(3)	-
Total de perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas como despesas financeiras (R\$)	(3)	-

A posição dos contratos derivativos de juros não designados como *hedge* (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

Saldo final em:	2009	2008
Valor justo ao final do exercício (R\$)	(4.411)	(30.903)
Valor nominal ao final do exercício (US\$)	29.500	87.200
Valor nominal ao final do exercício (R\$)	51.365	203.786
No exercício encerrado em 31 de dezembro:	2009	2008
Ganhos (perdas) reconhecidos em receitas (despesas) financeiras (R\$)	14.457	(32.369)

Os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes no Brasil, incidentes sobre as aplicações financeiras, os investimentos de curto prazo, as obrigações em reais, ativos e obrigações indexadas ao dólar. Essas flutuações afetam o valor de mercado dos instrumentos financeiros realizados no Brasil, o valor de mercado de títulos pré-fixados em reais, e na remuneração do saldo de caixa e das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui contratos futuros de Depósito Interfinanceiro negociados na BM&FBOVESPA com valor nominal de R\$330.000, com prazo máximo de 18 meses e perdas no valor justo de R\$66.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

1. Demonstrativo de valores dos instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2009, o valor nocional dos instrumentos financeiros derivativos não liquidados, o valor justo de mercado, e o impacto de caixa gerado por eles, são sumariados a seguir:

Descrição	Un.	Valor de referência		Valor Justo		Valor a Receber/ Recebido	Valor a Pagar/ Pago
		(Nocional)		(Reais)			
		2009	2008	2009	2008		
<u>Dólar:</u>							
Contratos Futuros:							
Compromisso de compra	USD	35.750	58.425	6	(191)	3.353	5.386
Contrato de Opções:							
Posição titular – Compra	USD	100.250	428.555	976	11.280	4	3.036
<u>Commodities – WTI NYMEX</u>							
Contrato de Opções:							
Posição titular - Compra	Barris	3.005	-	18.588	-	12.173	10.207
Posição titular e lançada - <i>Collar</i>	Barris	-	3.274	-	(102.387)	406	-
<u>Taxa de Juros - LIBOR</u>							
Contratos a Termo							
Contratos de swap	BRL	156.839	141.768	(6.593)	(34.809)	-	2.338

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos tomados isoladamente à flutuação do principal fator de risco considerou os seguintes elementos:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia, estabelecido através da volatilidade de cada ativo.
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro.
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia e o efeito caixa para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009 com base nos cenários acima descritos:

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Combustível	Queda na curva do preço do WTI (NYMEX)	US\$ 79,36 /bbl	US\$ 59,52 /bbl	US\$ 39,68 /bbl
		R\$ 18.588	R\$ 655	R\$ 5
Dólar	Queda na curva do Dólar(BM&F)	R\$ 1,7412 /US\$	R\$ 1,3059 /US\$	R\$ 0,8706 /US\$
		R\$ 982	R\$ (16)	R\$ (31)
Libor	Queda da taxa <i>Libor</i>	0,430%	0,322%	0,215%
		R\$ (6.593)	R\$ (6.653)	R\$ (6.714)

As seguintes considerações são importantes para o entendimento das análises de sensibilidade da Administração:

I) Operações com instrumentos derivativos de combustível:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detém contratos de opções de compra (*Call*) de petróleo tipo *West Texas Intermediate* (“*WTI*”) que representam valores nominais de 3.005 mil barris, respectivamente. Esses contratos apresentam vencimentos entre janeiro de 2010 e novembro de 2010.

O cenário considerado provável pela Administração é de que o preço do petróleo tipo *WTI* atinja uma média de US\$79,36 por barril o que resultaria em uma entrada de caixa de R\$18.588, caso ocorresse a liquidação dos contratos. Esses instrumentos são registrados em contas redutoras dos custos de combustível se forem mensurados como efetivos ou registrados em receita financeira caso sejam mensurados como inefetivos.

A Administração estima que o cenário adverso possível seja a redução do preço do petróleo tipo *WTI* para US\$59,52 por barril e um cenário adverso remoto em que o preço possa atingir US\$39,68 por barril. Caso o cenário possível ou remoto se materializem e houvesse a liquidação dos contratos em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não sofreria ganhos ou perdas.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

II) Operações com instrumentos derivativos de dólar

Em 31 de dezembro de 2009, existem contratos futuros de dólar com valor nocional (*notional amount*) de R\$62.248 (US\$35.750) e contratos de opção de compra de dólar com valor nocional de R\$174.555 (US\$100.250). Os prazos de vencimentos dos contratos futuros estão entre janeiro de 2010 a fevereiro de 2010 e os contratos de opção de compra estão entre janeiro de 2010 a março de 2010.

O cenário provável para as operações com contratos de futuros de dólar e opção de compra de dólar é a expectativa de que a cotação da moeda alcance R\$1,7412 por dólar norte-americano o que irá gerar entrada de caixa no valor total líquido de R\$982 (contratos futuros e contratos de opção de compra) compensando os pagamentos de despesas atreladas à variação do dólar caso houvesse liquidação dos contratos em 31 de dezembro de 2009.

Para um cenário considerado possível, a cotação estimada do dólar seria de R\$1,3059 por dólar norte-americano ocasionando perdas e desembolso de caixa no valor líquido de R\$16, enquanto o cenário remoto considera a desvalorização da moeda para R\$0,8706 por dólar norte-americano gerando perdas e desembolso de caixa no valor líquido de R\$31.

III) Operações com instrumentos derivativos de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui contratos de *Swap Amortizing* que apresentam um valor nocional de R\$105.474 (US\$60.575) e vencimento até julho de 2010 com propósito de proteger as suas despesas de arrendamento de aeronave das variações das taxas de juros. A Companhia possui ainda contratos de *Swap-Lock* de juros com valor nocional de R\$51.365 (US\$29.500) com vencimentos entre janeiro de 2022 e dezembro de 2022.

A Administração estima que o cenário provável seja que a taxa *Libor* atinja 0,430% a.a., enquanto que para os cenários possível e remoto as taxas consideradas são de 0,322% a.a. e 0,215% a.a., respectivamente. As perdas e desembolso de caixa estimados para os cenários provável, possível e remoto são de, respectivamente, R\$6.593, R\$6.653 e R\$6.714

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

3. Mensurações a valor justo

Os valores de mercado são estimados para a maioria dos instrumentos financeiros da Companhia utilizando uma variedade de métodos de valorização, tais como fluxo de caixa futuro descontado. Entretanto, os métodos e as premissas utilizados para fornecer a informação a seguir indicadas são de natureza teórica. Eles carregam as limitações inerentes como:

- Os valores de mercado não podem considerar os efeitos de flutuações subseqüentes na taxa de juros ou de câmbio,
- Os montantes estimados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 não são indicativos de ganhos e/ou perdas decorrentes de vencimentos ou eventos de cancelamento do instrumento financeiro.

Conforme descrito no CPC 40, a Companhia deve classificar o tipo de *Input* utilizado no método de valoração dos instrumentos financeiros a valor justo de acordo com as seguintes categorias:

- Nível 1* Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2* *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3* *Inputs* para ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

3. Mensurações a valor justo -- Continuação

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração:

Saldo em 31 de dezembro de 2009

Instrumento Financeiro	Valor Contábil	Cotações em Mercados Ativos para Ativos Idênticos (Nível 1)	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)	Técnica de Valorização (Nível)
Títulos Disponíveis para Venda:				
Aplicações Financeiras	39.468	17.156	22.312	I e II
Empréstimos e Financiamento:				
Taxa fixa (a)	671.072	592.238	-	I
Taxa flutuante (b)	905.372	-	922.100	II
	1.576.444	592.238	922.100	
Derivativos:				
Petróleo	18.588	-	18.588	II
Dólar americano	982	-	982	II
Juros Libor	(2.182)	-	(2.182)	II
	17.388	-	17.388	

Saldo em 31 de dezembro de 2008

Instrumento Financeiro	Valor Contábil	Cotações em Mercados Ativos para Ativos Idênticos (Nível 1)	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)	Técnica de Valorização (Nível)
Títulos Disponíveis para Venda:				
Aplicações Financeiras	213.932	178.962	34.970	I e II
Empréstimos e Financiamento:				
Taxa fixa (a)	896.098	403.372	-	I
Taxa flutuante (b)	936.630	-	904.926	II
	1.832.728	403.372	904.926	
Derivativos:				
Petróleo	(102.387)	-	(102.387)	II
Dólar americano	9.416	-	9.416	II
Juros Libor	(34.781)	-	(34.781)	II
	(127.752)	-	(127.752)	

(a) Incluem: saldos consolidados de Bônus Senior e Bônus Perpétuo

(b) Incluem: Capital de Giro, IFC, BNDES, BDMG, Debêntures e adiantamento para aquisição de aeronaves.

27. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

3. Mensurações a valor justo -- Continuação

Os títulos disponíveis para venda da Companhia consistem em títulos públicos, certificados de depósitos interbancários (CDB's), *time-deposits* e fundos de investimento. Os dados utilizados para determinar o valor justo dos títulos públicos foram obtidos em cotações públicas de mercado. Os dados utilizados para determinar o valor justo dos CDB's foram originados de informações cotadas em mercados comuns e para os *times deposits* derivam de informações cotados em mercados públicos.

Os contratos de derivativos de combustível e de taxa de juros consistem em contratos de mercado de balcão - OTC (*over-the-counter*), que não são negociados em um mercado comum. Esses contratos incluem *swaps*, bem como outros tipos de contratos baseados em opções. O valor justo dos contratos de swap é determinado baseado em dados que são imediatamente disponíveis em mercados comuns ou podem ser originados de informações disponíveis em cotações públicas de mercado. A Companhia determina o valor dos contratos baseados em opções utilizando um modelo de precificação de opções padrão baseado em fatores que podem tanto estar imediatamente disponíveis em mercados comuns ou que podem ser originados de informações disponíveis em cotações públicas de mercado, ou por cotações das contrapartes destes contratos. Nas situações que a Companhia obtém fatores por meio das cotações oriundas das contrapartes, é verificada a razoabilidade destas cotações através da comparação com outras cotações semelhantes de outra contraparte para cada data cuja demonstração financeira é preparada.

Os derivativos de taxa de câmbio da Companhia consistem de trocas de contratos de futuros e contratos baseados em opções. Os dados utilizados para determinar o valor justo destes contratos são obtidos em cotações públicas de mercado.

28. Transações que não afetaram o caixa

A Companhia realizou transações que não afetam o caixa provenientes de atividades de investimento e financiamento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa:

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia efetuou aquisições de adiantamentos para aquisição de aeronaves no montante de R\$322.519 e baixas de R\$488.344, respectivamente, incluídas como imobilizado as quais foram financiadas diretamente por empréstimos conforme descrito na Nota nº. 16.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia adquiriu R\$526.559 em aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro (R\$1.573.607 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008).

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2009 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	R\$(000)	US\$ (000)
Garantia – Casco/Guerra	7.752.825	4.452.576
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	3.047.100	1.750.000
Estoques	217.650	125.000

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente em 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos.

30. Eventos Subseqüentes

Em 2 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovou a outorga de 2.672.746 opções de compra de ações preferenciais da Companhia ao preço de R\$20,65 por ação para o exercício de 2010. O período de carência (*vesting period*) é de 3 anos, e as opções de compra de ações podem ser exercidas em um prazo de até 10 anos a partir da data da outorga do plano.

Em reunião do Conselho de Administração de 11 de março de 2010, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao ano de 2009, mediante um aumento do capital social no montante equivalente aos dividendos declarados de R\$185.839, por meio de uma emissão privada de 7.622.584 ações sendo 3.833.077 ordinárias e 3.789.507 preferenciais. O preço de emissão das ações ordinárias e preferenciais foi de R\$24,38 por ação, fixado com base na cotação das ações preferenciais na BM&FBOVESPA da mesma data da reunião, após o encerramento das negociações.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

C.N.P.J./M.F. n. 06.164.253/0001-87

N.I.R.E. 35.300.314.441

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010**

I. Data, Horário de Local: 04 de Março de 2010, às 09:00 horas, na Pça. Comandante Linneu Gomes s/n – prédio 7, Jardim Aeroporto, na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo. **II. Presença:** totalidade dos integrantes do comitê de Auditoria da Companhia: Álvaro de Souza, Antônio Kandir e Luiz Kaufmann. **III. Convidados:** Constantino de Oliveira Júnior, Charles Holland, Richard Lark Jr., Marcos da Cunha Carneiro, Marco Antonio Provetti, José Domingos do Prado, Leonardo Pereira, Ricardo Constantino e Henrique Constantino. **Convocação:** efetuada por meio eletrônico, na data de 22/02/10, tendo sido confirmada a presença de todos. **IV. Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(A)** apresentação do Relatório de encerramento elaborado pela empresa de auditoria Deloitte, Touche e Tomatsu auditores independentes (“DTI”) relativo ao exercício de 2009 e **(B)** apresentação das Demonstrações de Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 2009. **V. Deliberações:** Prestados todos os esclarecimentos necessários e solicitados, as deliberações foram tomadas por unanimidade dos membros do Comitê de Auditoria: **(A)** Apresentadas, pela empresa de auditoria externa Deloitte, Touche e Tomatsu, o relatório de encerramento e recomendações sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2009, assim como todas as comunicações formais requeridas, as quais forma aprovadas e **(B)** Apresentadas e devidamente aprovadas as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício de 2009, além dos relatórios de administração e o release de resultados do 4º trimestre e do exercício de 2009. **VI. Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida, conferida e pelos presentes membros do comitê, assinada.

São Paulo, 04 de Março de 2010.

Luiz Kaufmann

Antônio Kandir

Álvaro de Souza

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
CNPJ n.º 06.164.253/0001-87
N.I.R.E. 35.300.314.441

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2010

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6404/76, atualizada pela Lei nº 10.303 de 31.10.2001, a Diretoria da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia") vem:

- 1-** Apresentar o Plano de Investimentos para 2010, no valor de R\$ 557.504 mil, sendo previstos os seguintes investimentos:

Aeronaves Novas	242.767
Motores	89.125
Peças	84.024
Equipamentos de comunicação	31.479
Informática	18.219
Centro de Manutenção	10.115
Outros	81.775
Total	<u>557.504</u>

Descrição Geral dos Investimentos

- **Aeronaves e Adiantamentos:** Aquisição de aeronaves junto a Boeing e pagamentos antecipados para aquisições de novas aeronaves.
- **Motores:** Motores para aeronaves.
- **Peças:** Peças de reposição para manutenção das aeronaves.
- **Equipamentos de comunicação:** ampliação e melhoria da rede de infraestrutura de comunicação da sede e para as bases.
- **Informática:**
 - **Softwares:** Licenças de software (Microsoft, ERP), implementação e desenvolvimento de sistemas de banco de dados, segurança da informação e integração de sistemas fiscais;

- **Desenvolvimento e Implementação Software:** Consultoria e customizações na implementação de sistemas adotados pela companhia e custos relacionados aos serviços de colaboradores alocados em projetos de desenvolvimento de softwares diversos;
- **Computadores Periféricos:** Aquisição de microcomputadores, notebooks, impressoras e outros periféricos de informática.
- **Centro de Manutenção – Confins, MG:** Ampliação do Centro de Manutenção em Confins-MG, permitindo aumentar a capacidade de atendimento, reduzir a dependência de terceiros e reduzir custos de manutenção.
- **Outros:**
 - **Instalações:** Aquisição de instalações para a sede administrativa e para as bases;
 - **Ferramentas:** Aquisição de ferramentas para manutenção de aeronaves;
 - **Móveis e Utensílios:** Aquisição de armários, cadeiras de rodas, mesas, móveis e utensílios em geral para a sede administrativa e para as bases;
 - **Veículos:** Aquisição de tratores, caminhões e vans;
 - **Máquinas e Equipamentos:** Aquisição de carretas, empilhadeiras e pallets para o manuseio de cargas, e outros equipamentos pequenos para manutenção.

2- A origem dos recursos para sustentar estes investimentos são:

- Recursos próprios gerados com a atividade operacional da Companhia durante o exercício;
- Recursos captados junto aos acionistas e terceiros; e
- Recursos obtidos com operações de venda e arrendamento junto ao próprio fornecedor (*sale and leaseback*).

Esta é a Proposta que temos a apresentar.

São Paulo, 30 de março de 2010.

A DIRETORIA

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, inciso V, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.164.253/0001-87 (a “Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

São Paulo, 23 de abril 2010

Constantino de Oliveira Junior
Diretor Presidente

Fernando Rockert de Magalhães
Diretor Vice-Presidente Técnico

Leonardo Porciúncula Gomes Pereira
Diretor Vice-Presidente Financeiro, de
Tecnologia da Informática e Relações com
Investidores